

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

**Casa Familiar Rural em Santa Catarina: contradições no
encaminhamento político da proposta**

DEISY M. R. DA LUZ

Orientador
Antônio Munarim

Florianópolis

2002

DEISY M. R. DA LUZ

**Casa Familiar Rural em Santa Catarina: contradições no
encaminhamento político da proposta**

Dissertação apresentada ao curso de
Mestrado em Educação da Universidade
Federal de Santa Catarina, como
requisito parcial para obtenção do título
de Mestre em Educação, sob orientação
do Professor Doutor Antônio Munarim.

Florianópolis

2002



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

"Casa Familiar Rural em Santa Catarina: contradições no encaminhamento político da proposta"

**Dissertação submetida ao Colegiado do
Curso de Mestrado em Educação do
Centro de Ciências da Educação em
cumprimento parcial para a obtenção
do título de Mestre em Educação**

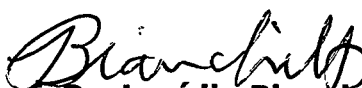
APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 27/09/2002

Dr. Antonio Munarim (CED/UFSC-Orientador)

Dr. Wilson Schmidt (CED/UFSC-Examinador)

Dra. Sônia Branco Beltrame (CED/UFSC-Examinadora)

Dra. Maria das Dores Daros (CED/UFSC-Suplente)


Prof. Dr. Lucídio Bianchetti
Coordenador PPGE/CED/UFSC

Deisy Maria Radichewski da Luz

FLORIANÓPOLIS/SANTA CATARINA/SETEMBRO/2002

DEDICATÓRIA

A todos os jovens que vivem e trabalham no meio rural e que, após a labuta diária do trabalho no campo, ainda se dedicam a estudar e têm a esperança de um futuro bem melhor.

AGRADECIMENTOS

À Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, que propiciou a liberação profissional para a realização desse curso, aos profissionais, familiares e jovens das Casas Familiares Rurais de Santa Catarina, que acreditam e lutam por uma educação de qualidade no meio rural.

À ARCAFAR e Secretaria de Educação do Estado que, por meio de seus profissionais, possibilitaram a participação no Encontro das Casas familiares Rurais, além de o acesso a materiais e entrevistas.

À Universidade Federal de Santa Catarina que possibilitou a realização desse curso e que, através de seus professores, contribui para a melhoria da qualidade de ensino em nosso País.

Ao professor e orientador Antonio Munarim pelo tempo destinado.

E a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, principalmente meus familiares.

Agradeço a paciência, a tolerância e a confiança, em mim depositada, de que ele seria possível.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar como está sendo encaminhada a Proposta Educativa da Casa Familiar Rural em Santa Catarina que, num sistema de parcerias entre o Estado, representado pelas prefeituras municipais, e alguns de seus órgãos, e a sociedade civil organizada, através de associações, oferece educação aos jovens acima de 14 anos que vivem e trabalham no meio rural. Essa proposta é coordenada pela ARCAFAR, uma organização não governamental que faz a mediação na relação Estado e sociedade civil para a implementação dessa proposta. A proposta educativa da Casa Familiar Rural, que tem sua origem na França, baseia-se na "Pedagogia da Alternância", em que se alternam os períodos entre educação e trabalho, ou seja, entre o período de permanência do jovem na instituição educativa, a Casa Familiar Rural, e a permanência na propriedade agrícola, contribuindo no trabalho familiar. Outra marca fundamental dessa proposta educativa, e que é relevante neste trabalho, é quanto à organização da sociedade civil através das associações, em que as famílias se reúnem para o gerenciamento tanto pedagógico quanto administrativo dessa proposta. Portanto, apreender o contexto histórico, social e político em que o Projeto Casa Familiar Rural vem se efetivando no meio rural de Santa Catarina torna-se algo de suma importância, principalmente ao analisar a atuação dos sujeitos envolvidos na constituição e implementação de uma proposta educativa como essa, com características tão próprias e que tem origem em uma realidade social totalmente distinta da nossa.

Palavras-chave: Casa Familiar Rural, parceria entre Estado e Sociedade Civil

RESUMEN

Este trabajo tiene el objetivo de analizar cómo es encaminada, actualmente, la Propuesta Educativa de la Casa Familiar en Santa Catarina que, en un sistema de cooperación entre el Estado, representado por las municipalidades y algunos de sus órganos, y la sociedad civil organizada a través de asociaciones, ofrece educación a jóvenes de más de 14 años que viven y trabajan en el medio rural. Esta propuesta está coordinada por ARCAFAR, una organización no gubernamental que media la relación del Estado y la sociedad civil para la implementación de la propuesta mencionada.

La propuesta educativa de la Casa Familiar Rural, que tiene su origen en Francia, se basa en la "Pedagogía de la Alternancia", donde se alternan los períodos entre educación y trabajo, o sea, entre el período de permanencia del joven en la institución educativa, la Casa Familiar Rural, y la permanencia en la propiedad agrícola contribuyendo en el trabajo familiar.

Otra marca fundamental de esa propuesta educativa, que es relevante en este trabajo, es con relación a la organización de la sociedad civil a través de las asociaciones, donde las familias se reúnen para gestionar esta propuesta tanto pedagógica como administrativamente.

Por lo tanto, comprender el contexto histórico, social y político en el que el Proyecto Casa Familiar Rural se realiza, en el medio rural de Santa Catarina, es algo de suma importancia. Principalmente, al analizarse la actuación de los sujetos involucrados en la constitución y en la implementación de una propuesta educativa como esta, con características tan propias y que tiene origen en una realidad social totalmente distinta de la nuestra.

Palabras clave: Casa Familiar Rural, cooperación entre Estado y Sociedad Civil

LISTA DE SIGLAS

IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
AUDIS	–	Organização do tipo sindical na França
ARCAFAR	–	Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil
AES	–	Associação dos Amigos do Espírito Santo
AIMFER	–	Associação Internacional das Maisons Familiares Rurales
UNMFR	–	Union Nationale des Maisons Familiares Rurales
UNMFREO	–	Union Nationale des Maisons Familiares Rurales d'Education et d'Orientation
MFR	–	Maison Familiale Rurale
MEPES	–	Movimento Promocional do Espírito Santo
EFA	–	Escola Família Agrícola
ONG	–	Organização Não Governamental
EPAGRI	–	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
CEPAGRO	–	Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
APACO	–	Associação de Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense
SENAR	–	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
CEJA	–	Centro de Educação de Jovens e Adultos
OIs	–	Organismos Internacionais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 POSSIBILIDADES E LIMITES DAS PARCERIAS ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL E O PAPEL IDEOLOGICO DA EDUCAÇÃO.....	19
1.1 Estado e Sociedade Civil no Brasil, um contexto de mudanças.....	19
1.2 As parcerias desenvolvidas por meio da descentralização estatal e a mediação das organizações da sociedade civil.....	22
1.3 A educação como ideologia: a remastização da teoria do capital humano.....	31
2 CONTEXTO HISTORICO E SOCIAL DE ORIGEM DA PROPOSTA EDUCATIVA DA CASA FAMILIAR RURAL.....	34
2.1 Origem da proposta.....	35
2.1.1 Os seus fundadores: a sociedade civil organizada.....	38
2.1.2 A ampliação das experiências pelo mundo.....	40
2.1.3 A proposta pedagógica: a pedagogia da alternância.....	43
2.2 Proposta da Casa Familiar Rural em Santa Catarina: origem, desenvolvimento e sujeitos envolvidos.....	45
2.3 A relação público e privado na constituição dessa proposta educativa.....	50
3 AS CONTRADIÇÕES NO ENCAMINHAMENTO DE UMA PROPOSTA EDUCATIVA.....	54
3.1 As relações de parceria na implementação da Casa Familiar Rural em Santa Catarina.....	54
3.2 O Convênio entre a ARCAFAR e a Secretaria de Educação do Estado.....	61
3.2.1 O Encontro das Casas Familiares: uma realização da ARCAFAR em parceria com a Secretaria de Educação do Estado.....	65
3.2.1.1 O primeiro momento do Encontro: a Pedagogia da Alternância e o Desenvolvimento da Região.....	68
3.2.1.2 O segundo momento do Encontro: A realidade da Proposta Educativa da Casa Familiar Rural em Santa Catarina.....	72
3.3 O papel de mediação da ARCAFAR como representante das Associações Locais das Casas: Algumas experiências.....	81

3.3.1 A experiência da Casa Familiar Rural de Rio do Sul.....	84
3.3.2 A experiência da Casa Familiar Rural de São José do Cerrito.....	90
3.3.3 A experiência da Casa Familiar Rural de Iriniópolis.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	106
ANEXOS.....	108

INTRODUÇÃO

O acesso à educação pública, obrigatória dos 7 aos 14 anos de idade, é um direito conquistado socialmente e assegurado por lei a toda a população brasileira. Porém, a garantia de consolidação desse direito por parte do Estado é uma questão ainda não concretizada no Brasil, e isso torna-se evidente quando se trata da população rural.

Como população rural, serão consideradas neste trabalho as pessoas que vivem e trabalham nas regiões tradicionalmente conhecidas como meio rural, e que se destinam principalmente à produção agrícola. Não é objetivo específico deste trabalho analisar o conceito de rural na atualidade.

Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que se ultrapasse a dicotomia entre rural e urbano, questão essa que vai muito além do aspecto semântico do termo, levando-se em consideração principalmente a relação cidade-campo no capitalismo. No Brasil, essa relação baseou-se num desenvolvimento desigual, excludente, e em um modelo de agricultura que reproduz relações sociais de produção atrasadas e modernas e convive com elas, desde que subordinadas à lógica do capital.

Para contextualizar a realidade educacional do meio rural, os dados da "I Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo"¹, realizada em 1998, são bastante expressivos. Na educação básica, 1º e 2º graus, o problema já começa pela falta de dados. Quanto ao índice de analfabetismo, segundo o IBGE, dados de 1995 apontam que 32,7% da população do meio rural acima de 15 anos é analfabeta. Esses dados são relativos, sendo que não atingiram todas

¹ Esse Encontro foi realizado na cidade de Luziânia/GO, entre os dias 27 e 31 de julho de 1998, e contou com a presença de diversas entidades ligadas à educação no meio rural. Entre as entidades promotoras estão a CNBB, o MST, a Universidade de Brasília, a UNESCO e o UNICEF.

as regiões do país. Em algumas áreas rurais, chega a 90% a quantidade de pessoas de pessoas que não tiveram acesso à escrita e leitura.

Sobre a matrícula no ensino fundamental, segundo o Plano Nacional de Educação, não há dados específicos sobre a exclusão no meio rural. Dados do IBGE, de 1996, que constam no plano, mostram que existem aproximadamente 2,7 milhões de crianças na faixa de sete a quatorze anos que estão fora da escola no Brasil, sendo que os piores índices correspondem aos bolsões de pobreza existentes nas periferias urbanas e nas áreas rurais.

No ensino médio, estima-se que mais de 50% da população brasileira na faixa etária correspondente a esse grau de ensino (15 aos 17 anos) estejam fora da escola. Em 54% das matrículas do ensino médio, a idade dos alunos está acima de dezessete anos. A matrícula no meio rural representa, desde 1991, apenas 1,1% do total de matrículas e o número de escolas rurais não passa de 3,2% de um total pequeno, pouco mais de quinze mil em todo o país, para 195 mil de ensino fundamental².

É evidente que o problema educacional brasileiro atinge todo o país, mas também é evidente que no meio rural a situação é ainda mais grave, tendo em vista principalmente nosso modelo de desenvolvimento econômico e o papel que esse setor produtivo desenvolveu historicamente na estrutura política e social do país.

Desse modo, se almejamos uma educação de qualidade a que a população rural tem direito, e que até então não foi garantida pelo Estado, torna-se relevante compreendermos os motivos pelos quais surgem e de que modo são encaminhadas na atualidade propostas como a da Casa Familiar Rural, que num sistema de parceria entre o Estado, representado pelas prefeituras municipais e alguns de seus órgãos, e a sociedade civil organizada através de

² Aqui vale ressaltar a crise profunda das escolas agrícolas ou agrotécnicas, ou seja, a crise pela qual passa o ensino profissionalizante no Brasil, que através da nova LDB institui novamente um tratamento dual a este grau de ensino, o que acaba eximindo o Estado de uma educação profissional de qualidade em nível de segundo grau, tendo em vista ela ser muito cara.

associações, oferece educação aos jovens acima de 14 anos que vivem e trabalham no meio rural.

A proposta educativa da Casa Familiar Rural, que tem sua origem na França, baseia-se na "Pedagogia da Alternância"³, em que se alternam os períodos entre educação e trabalho, ou seja, entre o período de permanência na instituição educativa, a Casa Familiar Rural e a permanência na propriedade agrícola. Algo de suma importância quando se trata da produção agrícola familiar, que é uma característica dessa sociedade.

Outra marca fundamental dessa proposta educativa e que é relevante neste trabalho diz respeito à organização da sociedade civil através das associações, onde as famílias reúnem-se para o gerenciamento tanto pedagógico quanto administrativo dessa proposta.

Portanto, apreender o contexto histórico, social e político em que o Projeto Casa Familiar Rural vem se efetivando no meio rural de Santa Catarina torna-se algo de suma importância principalmente ao analisarmos a atuação dos sujeitos envolvidos na constituição e implementação de uma proposta educativa como essa.

Para a efetivação da pesquisa, tomou-se como objeto central a forma como está sendo encaminhada e mediada pela ARCAFAR⁴ a proposta educativa da Casa Familiar Rural, através das parcerias estabelecidas entre o Estado representado pelas prefeituras municipais e alguns de seus órgãos e secretarias e a sociedade civil representada pelas Associações Locais das Casas para a implementação de uma proposta educativa para a população rural catarinense.

A dúvida neste sentido é quanto à forma como a ARCAFAR-Sul vem encaminhando essa proposta no estado, descontextualizando-a histórica e socialmente da proposta original

³ Esta pedagogia será tratada de forma mais específica no capítulo sobre a proposta educativa da Casa Familiar Rural.

⁴ A ARCAFAR - Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil, foi criada em 1991, é uma organização não governamental - ONG -, que tem por objetivo difundir a proposta da formação dos jovens rurais pela pedagogia da alternância, garantindo as condições de organização e funcionamento das CFRs, assim

francesa, até mesmo quanto aos seus objetivos educacionais, que parecem estar reduzindo o papel da educação apenas a um fator econômico de desenvolvimento, ao mesmo tempo que acaba transformando a própria pedagogia da alternância em uma metodologia educacional aplicável em qualquer contexto social.

Nesse sentido, há de se perguntar também se a mediação realizada pela ARCAFAR-Sul proporciona o fortalecimento da sociedade civil para a implementação de uma proposta educativa como essa que possui características próprias, de modo que realmente contemple as necessidades educacionais da população rural catarinense, ao mesmo tempo que possibilite a participação da sociedade no seu gerenciamento, democratizando as relações com o Estado (*stricto sensu*).

Portanto, parte-se do pressuposto de que a transposição direta dessa proposta educativa não pode ser feita, sendo que interpretações acríicas⁵ do papel do Estado em relação à sociedade, justamente quando se impõe a ele a descentralização, fazem com que as parcerias realizadas acabem por reproduzir uma visão equivocada de participação da sociedade, principalmente no que se refere a um país como o Brasil, que tem essa relação marcada historicamente pelo autoritarismo de Estado frente a uma sociedade civil fraca e pouco organizada.

Além do que interpretações acríicas também de educação, bem como da relação educação e trabalho na atualidade, tendo em vista o desenvolvimento tecnológico e as mudanças que vêm ocorrendo no mundo produtivo, podem criar uma visão limitada da educação, podendo atribuir-lhe um falso papel. Há nesse sentido um retorno à teoria do capital humano⁶, na qual a educação passa a ocupar um papel muito mais ideológico do que de direito conquistado socialmente.

como viabilizar os cursos de capacitação dos monitores implicados no processo educativo.

⁵ No sentido de ahistórica, acríica, enfim descontextualizando o seu papel dentro de uma detreminada sociedade.

⁶ Segundo T. Schultz, um dos pioneiros da divulgação da teoria do capital humano, que lhe valeu o Prêmio Nobel de Economia em 1979, "O componente da produção, decorrente da instrução, é um investimento em

A educação, do ponto de vista do investimento em capital humano, transforma-se numa ideologia capaz de gerar o desenvolvimento do meio rural, perdendo com isso sua dimensão política e social. O que, segundo Calazans (1981), acaba transformando-se numa falsa solução, já que ataca um falso problema, o atraso rural.

Como metodologia de trabalho, buscou-se, inicialmente, conhecer a história dessa proposta educativa em sua origem, na sociedade francesa, e como ela foi constituindo-se em Santa Catarina. Isso se deu através de documentos e entrevistas com pessoas envolvidas desde o princípio com o desenvolvimento dessa proposta no estado.

Além do que, através da participação no II Encontro das Casas Familiares Rurais e da pesquisa de campo, pode-se conhecer a realidade de algumas experiências que vêm se desenvolvendo aqui no estado e que são coordenadas pela ARCAFAR-Sul. Nesse caso, acabaram ficando evidentes as contradições existentes entre uma proposta pensada para uma realidade social como a francesa e as adaptações que vêm sendo feitas aqui no Brasil, especificamente em Santa Catarina, onde a educação vem carregada de um cunho ideológico, ao mesmo tempo em que o Estado, através das parcerias com a sociedade civil parece vir se eximindo cada vez mais de seu papel de provedor de políticas públicas.

Quanto à análise de algumas experiências, foram escolhidas as Casas de Rio do Sul, São José do Cerrito e Iriniópolis, tendo em vista fazerem parte de uma região determinada geograficamente pela ARCAFAR-Sul como pólo homogêneo. Evidencia-se nesse sentido que mesmo fazendo parte de uma mesma região, essas experiências guardam enormes diferenças entre si no que se refere a constituição e encaminhamento de suas propostas, e é somente no

habilidades e conhecimentos que aumenta futuras rendas e, desse modo, assemelha-se a um investimento em (outros) bens de produção" Schultz, T., 1962 apud Frigotto, 1993, p.40. Portanto, de um bem de consumo, a educação se transforma em investimento que potencializa a geração de capital, e serve ideologicamente, como explicação das diferenças nos salários dos trabalhadores.

aspecto metodológico, como aplicação técnica da pedagogia da alternância, que elas possuem semelhanças.

Houve a possibilidade de verificar, também, como a ARCAFAR está fazendo o acompanhamento das associações locais dessas Casas.

Vale ressaltar, também, as dificuldades encontradas para a efetivação da pesquisa, sendo que a questão do não acesso a políticas públicas de desenvolvimento para o meio rural envolve, entre outras coisas: o acesso a estradas, já que a visita à Casa do Cerrito foi impedida algumas vezes porque a estrada estava intransitável por pequenos veículos, e a meios de comunicação, como linhas telefônicas e internet. Além disso, há a distância entre as Casas e da ARCAFAR-Sul, que é bastante considerável, e, na pesquisa de campo, dificultou o retorno para retomar algumas questões.

No primeiro capítulo, procurou-se demonstrar que a relação Estado e sociedade civil vem mudando, tendo em vista as transformações que vêm ocorrendo no modo de produção capitalista. Mudanças essas muito mais superficiais do que reais e que são ditadas pelos Organismos Internacionais- OIs, principais agentes do capital transnacional na busca da preservação do sistema. A descentralização estatal sob a ótica neoliberal acaba reforçando as políticas desses organismos de diminuição do papel do Estado, em que as parcerias com a sociedade civil são a forma mais moderna de o Estado gerenciar políticas públicas.

Há também, entre as políticas desenvolvidas pelos OIs, as que se referem ao aspecto educacional, e dentre elas destaca-se a ênfase na remastização da teoria do capital humano. A educação como medida do desenvolvimento econômico e social seria ao mesmo tempo a solução e a justificativa para as diferenças sociais entre os países e continentes. Haveria assim a necessidade de investir em projetos e programas educacionais para diminuir as diferenças sociais sem que se mexa nas causas que geram essas desigualdades.

No segundo capítulo, traçar-se-á um histórico do desenvolvimento dessa proposta educativa na França, caracterizando a sua origem, ou seja, a organização das famílias em torno de uma proposta educativa que viesse ao encontro de suas necessidades técnicas de trabalho, ao mesmo tempo em que proporcionasse uma educação global para seus filhos.

Portanto, essa proposta nasceu da organização da sociedade civil que, na relação com o Estado francês, é forte e autônoma. Aqui no Brasil a história dá-se de forma diferente, principalmente no modo como a proposta vai desenvolvendo-se em Santa Catarina quando do surgimento da ARCAFAR-Sul.

A ARCAFAR como representante das Associações Locais, ou seja, da sociedade civil organizada, é a principal responsável pela coordenação e desenvolvimento dessa proposta no estado. Por outro lado, essa instituição apresenta ao mesmo tempo características estatais. Tenha-se, por exemplo, estar funcionando dentro da EPAGRI⁷, um órgão do governo. Cumpre, com esse perfil, um papel de mediação permeado de contradições que se revelam no encaminhamento das práticas pedagógicas e nas suas relações político-administrativas.

O terceiro e último capítulo trata mais especificamente das parcerias realizadas e do papel de mediação desenvolvido pela ARCAFAR-Sul, principalmente através do convênio com a Secretaria Estadual de Educação para a certificação de 5ª a 8ª série nas Casas, em que o II Encontro das Casas Familiares Rurais e do Mar teve destaque, já que serviu para esclarecer a concepção de educação defendida pela ARCAFAR e a forma como ela se relaciona com as associações locais, através da experiência de algumas Casas que acabaram demonstrando inúmeras contradições no seu encaminhamento.

⁷ Empresa de pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. É uma sociedade de economia mista, de capital fechado, personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade de ações. É vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura de Santa Catarina. Os seus acionistas são: Estado de Santa Catarina, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Departamento de Estradas e Rodagens (DER) e Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPESC). É constituída por uma administração estadual localizada em Florianópolis, 14 gerências regionais, 5 gerências estaduais e 242 escritórios municipais localizados no Estado de Santa Catarina. Sua administração se dá por um Conselho de Administração, no qual o Secretário de Estado do Desenvolvimento Agrícola é o presidente, e um Conselho Fiscal.

Espera-se, com tal abordagem, demonstrar que, dependendo da forma como são encaminhadas e mediadas as parcerias para a constituição dessa proposta educativa em Santa Catarina, ela pode ou não contribuir na efetivação de uma proposta educativa que contemple as necessidades educacionais da população rural, ao mesmo tempo em que contribua na constituição e ampliação de espaços de efetiva participação da sociedade nas decisões políticas, conseqüentemente em sua democratização.

1 POSSIBILIDADES E LIMITES DAS PARCERIAS NA RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE CIVIL E O PAPEL IDEOLÓGICO DA EDUCAÇÃO

1.1 Estado e Sociedade Civil no Brasil, um contexto de mudanças

Para Francisco de Oliveira (1999), a história demonstra que a relação Estado e sociedade civil no Brasil é marcada por um Estado que não fazia política e impunha o consenso, adequando-se à classe dominante economicamente.

Nesse sentido, a história do Brasil nos mostra que:

[...] desde a Revolução de 30 [...] é possível contar duas ditaduras, a de Vargas entre 1930 e 1945 e a que se seguiu ao golpe militar de 64, até 1984, perfazendo 35 anos de ditadura em 60 anos de história da mudança da dominação de classe. Mais, se se contar, além dos golpes que resultaram em ditaduras, as tentativas de golpes falhados, chega-se à média de um golpe ou tentativa para cada três anos, desde 30 até 90 (p. 60).

Além do que “*todo o esforço de democratização, de criação de uma esfera pública, de fazer política, enfim, no Brasil, decorreu, quase por inteiro, da ação das classes dominadas*” (OLIVEIRA, 1999, p. 60).

É durante e após o governo militar, nas décadas de 70 e 80, que surgem organizações alternativas no seio da sociedade civil que se contrapõem a esse modelo de Estado.

A década de 70 é conhecida como a do surgimento dos Novos Movimentos Sociais que, segundo Scherer-Warren (apud MUNARIM, 2000, p. 69), “*tiveram sua relevância*

política durante o regime autoritário, pois eram o espaço de expressão política possível para os novos atores sociais.”

Há críticas quanto à supervalorização desses movimentos, mas por outro lado não há como negar sua contribuição na abertura política, cujo ponto culminante foi a Constituição de 1988. A Constituição Cidadã, como é conhecida, teve a influência de diversas organizações da sociedade civil e conseguiu garantir legalmente inúmeras conquistas sociais para a população brasileira.

A Carta de 1988 prevê um redimensionamento da relação Estado e sociedade civil, instituindo a política de descentralização estatal como uma forma de redistribuição do poder na sociedade.

A política de descentralização estatal acabou viabilizando inúmeras parcerias entre Estado e organizações da sociedade civil, nos mais diferentes níveis. Essas parcerias poderiam ser consideradas, até certo ponto, uma forma de democratização do Estado, dada a sua abertura à participação política da sociedade.

Porém, o Estado brasileiro não fica alheio ao movimento generalizado realizado pelo capital e que impõe aos Estados-nação o processo de desmonte estrutural (HARVEY, 2000). É o fim da política Keynesiana do *Welfare State*.

No Brasil, isso se torna mais evidente a partir da década de 90, justamente quando se começa a pôr em prática a nova Constituição. As políticas de descentralização estatal, que pressupunham um aumento na participação da sociedade civil no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas, acabam sendo usadas muito mais no sentido de repasse de funções, tendo em vista a diminuição do papel do Estado na sociedade.

As estratégias utilizadas pelo capital, representado pelos seus organismos, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que têm grande influência em economias como a brasileira, acabam determinando as políticas a serem desenvolvidas pelo Estado. A

descentralização estatal reduz-se a uma estratégia de desconcentração administrativa e econômico-financeira do Estado. Nesse sentido, todo o processo de tentativa de democratização do Estado acaba sendo descaracterizado.

A crise mundial, desencadeada pela necessidade do capital de expandir-se para recuperar suas taxas de lucro e sustentada pela globalização da economia, acaba afetando os países do *Estado do Bem-estar Social*, bem como os do *Desenvolvimentismo*, de capitalismo periférico, como o Brasil, uma vez que aqui também o Estado foi protagonista na expansão capitalista, sendo a marca registrada da crise do Estado, a crise econômica.

O que se propõe na atualidade, segundo alguns autores, é nada mais que a 'reforma do reformismo', ou seja, das políticas sustentadas pelo Estado do Bem-estar Social, as quais custam muito caro ao capital e nem chegaram a se estabelecer de fato no Brasil. Através da ideologia neoliberal, busca-se minimizar as ações do Estado garantindo liberdade total ao mercado.

Segundo Munarim (2000, p. 70)

Se a crise do Estado, em geral, inclusive no Brasil, é uma crise do reformismo e esta crise significa um momento de hegemonia da ideologia neoliberal, no Brasil em particular trata-se de um neoliberalismo à brasileira, com características próprias.

A crise do Estado brasileiro e a tão aclamada como necessária desregulamentação identificam-se apenas com a retirada dele da economia, e não com uma redefinição em relação à sociedade civil, sendo que continua mantendo aí sua dominação. Assim, “*as classes dominantes tentam promover também no Brasil a 'reforma do reformismo' com o mesmo sentido de antecipação do capital diante dos avanços e conquistas dos subalternos no interior do Estado*” (p. 71).

A participação política, e até mesmo, as conquistas sociais da Constituição de 1988, mesmo que se mantenham apenas como formais, conseguiram, de qualquer forma, promover um processo de participação política e ao mesmo tempo uma politização da sociedade brasileira, principalmente através de organizações da sociedade civil representativa da classe trabalhadora, que é a maior interessada no processo de democratização política e social.

Nesse sentido, questiona-se de que modo se encaminhará daqui para frente esse processo, já que alguns conceitos importantes como participação e parceria são comuns tanto para os que almejam mudanças efetivas na sociedade, quanto para os que querem a manutenção do sistema.

1.2 As parcerias desenvolvidas por meio da descentralização estatal e a mediação das organizações da sociedade civil

Segundo Munarim (1997), atualmente, no Brasil e no mundo, é comum a defesa das parcerias nos processos de gestão. É quase senso comum que “*toda e qualquer organização deve trabalhar em parceria*” (p. 1), e o termo é usado inclusive no sentido do que parece ser moderno em se tratando de administração pública, sem, contudo, haver um aprofundamento do seu significado, ou seja, sem que atenda a objetivos comuns dos sujeitos envolvidos.

No Brasil, o governo federal propõe parcerias com empresas e Organizações Não Governamentais - ONGs, para a realização de serviços de interesse da sociedade, especialmente na área da Educação, Saúde e Assistência Social. São serviços que antes eram executados exclusivamente pelo Estado, através de suas esferas municipal, estadual e federal, como políticas de governo ou mesmo como políticas de Estado. Do mesmo modo, os governos estaduais e

municipais propõem parcerias com empresas e ONGs para a prestação dos mais diversos serviços públicos (p. 1).

Segundo o autor, as parcerias são realizadas como se fossem *assépticas*, usadas em qualquer situação, por quaisquer pessoas, independentemente dos partidos políticos que sustentam esses governos, se têm tendências progressistas ou conservadoras. Torna-se algo comum a *filantropia empresarial*, na qual as empresas passam a assumir atividades de cunho social, ambiental e cultural, entre outras, antes executadas pelo poder público estatal.

Nesse sentido, segundo o autor,

[...] tradicionais organizações da sociedade civil, conhecidas por sua história de luta contra o Estado autoritário - lutas pela democratização e/ou pela destruição do Estado capitalista - bem como conhecidas por suas histórias de luta contra o capital personificado nas empresas e nas instituições empresariais, agora aceitam compor parcerias com seus históricos inimigos (MUNARIM, 1997, p. 1).

Ao mesmo tempo, surgem, aos milhares, instituições de todos os tipos, que se intitulam Organizações da Sociedade Civil, ONGs, cujo único objetivo é ter acesso aos recursos disponíveis vindos diretamente do Estado e de empresas através de incentivos fiscais, ou até mesmo diretamente dos Organismos Internacionais, Ois - como o Banco Mundial - principais agentes do capital internacional.

De qualquer modo, essas ONGs acabam afastando-se de qualquer perspectiva de organização da sociedade civil, porque longe de se exigir aquilo a que se tem de direito, inclusive aprofundando certas discussões no seio da sociedade civil, contentam-se com a filantropia alheia, seja ela pública ou privada.

Para se analisar o tipo de parceria realizada, nesse caso entre Estado e sociedade civil, faz-se necessário observar os objetivos dos sujeitos envolvidos: se esses objetivos ultrapassam a questão imediata e particular e passam a ter um alcance universal, ou restringem-se apenas aos interesses individuais de certos grupos definidos.

Nesse sentido, duas correntes teóricas, divergentes no campo teórico e político, defendem as parcerias como prática a ser seguida. Porém, a diferença é sutil na forma como elas se encaminham e extrema quanto aos seus objetivos finais.

Para Munarim (1997, p. 3), *“de um lado, se tem as forças políticas e sociais historicamente vinculadas ao pensamento de esquerda, e que como sempre o fizeram, defendem a abertura do Estado à participação da sociedade civil na elaboração e execução de políticas de interesse público.”* Dessa forma o que se propõe é a descentralização do poder do Estado capitalista.

Essas forças políticas vislumbram, de alguma forma,

a democracia radical, democracia integral, ou simplesmente democracia que como tal é vista como intrinsecamente incompatível com o capitalismo; ou então, socialismo democrático ou simplesmente socialismo; bem comum, de verdade; políticas sociais universais etc (MUNARIM, 1997, p. 3).

Por outro lado, a corrente neoliberal, fortalecida pela derrocada do socialismo real e pela dita crise dos paradigmas marxistas, propõe também a participação da sociedade civil no gerenciamento do Estado, principalmente no que se refere à execução e gerenciamento administrativo e financeiro de políticas de cunho social, que foram uma conquista da classe trabalhadora e eram tidas como função e dever do Estado, porém lhe custam muito caro.

Os neoliberais também defendem a descentralização do Estado e acreditam que a sociedade é melhor coordenada pela mão invisível do mercado, em que o mito da concorrência perfeita levaria à estabilidade econômica e à harmonia social.

O ponto em comum das duas correntes teóricas e políticas é, portanto, a questão da descentralização do poder do Estado, que influenciará diretamente a qualidade das parcerias realizadas.

Segundo Cassassus (1995),

[a] descentralização não é um fim em si mesma: a descentralização (ou centralização) é uma política para conseguir determinados fins. Por si, ela não é boa nem má, não é progressista nem conservadora. É uma política que pode ser boa ou má, progressista ou conservadora, segundo quem a utilize e segundo contribua ou não a resolver os problemas que fazem pensar que esta medida pode resolver (p. 57).

No processo que vinha se desenvolvendo no Brasil, segundo Sposati et al. (1990), (apud MUNARIM, 2000) o consenso se dava no que se refere a:

- *aproximar o Estado do "locus" cotidiano de sua população, seja para um maior controle, seja para uma maior participação dos cidadãos na gestão pública;*
- *garantir maior racionalidade e ação interinstitucional no que se refere aos níveis federal, estadual e municipal;*
- *democratizar as estruturas estatais compartilhando as decisões nos três níveis;*
- *reduzir e simplificar o aparelho do estado; [e]*
- *reaproximar o Estado da Sociedade Civil pela via municipalizante, espaço privilegiado da ação conjunta.*

O centralismo estatal, entendido como uma forma de organização do governo ou da administração da coisa pública por um centro de poder das decisões que se reduz ao executivo, é denunciado como prática a ser superada tanto pelos setores progressistas da sociedade, quanto pelos mais conservadores ou neoliberais.

Para Munarim,

[...] o discurso da descentralização, ao mesmo tempo que propõe o fortalecimento das instâncias inferiores do Estado, propõe a 'devolução' do poder à Sociedade Civil. Eis que esse poder fora subtraído da própria Sociedade Civil pelo Estado que atuou na história do autoritarismo quase que descolado da mesma (2000, p. 75)

Tanto para Munarim como para outros autores, entre eles Rivas e Nuñez (1991) e Felicíssimo (1994), a descentralização que vem ocorrendo na atualidade, principalmente nos países de capitalismo periférico como o Brasil, comandada principalmente pelos agentes do capital internacional, tanto nos discursos quanto nas ações políticas, deve ser vista no conjunto de três eixos básicos: o administrativo, o econômico-financeiro e o político.

No primeiro, a lógica é a da eficiência administrativa, uma transferência de função, recursos etc., do centro para a periferia.

O eixo econômico-financeiro, nos países da América Latina, baseia-se numa lógica economicista, de acordo com a política de redução dos gastos públicos recomendadas pelo FMI. Há uma transferência de recursos públicos à iniciativa privada, supostamente mais eficaz. É a privatização do Estado.

A descentralização sob a lógica da política, “*consiste na criação ou reforma de mecanismos que devolvam à Sociedade Civil o poder de decidir, que estivera alienado ao Estado. Trata-se de um movimento que pode ser entendido sob duplo sentido*” (MUNARIM, 2000, p. 76).

Em certo sentido, é *centrífugo* (do centro para a periferia) do poder, que consiste apenas no formalismo da democracia representativa. “*A racionalidade política segue a lógica neoliberal de (re)privatização dos conflitos sociais*” (p. 76). As responsabilidades por serviços públicos são transferidas do Estado central para a iniciativa privada ou para instâncias locais de decisão, perdendo-se assim, em grande parte, em grau de publicização do conflito social.

Por outro lado, a descentralização, seguindo a lógica democrático-participativa, pode ser percebida sob dois ângulos. É um movimento *centrípeto* (da periferia para o centro) do poder, trata-se do reconhecimento à entidades da sociedade civil e instâncias regionais e locais de certas capacidades próprias de produção de políticas públicas.

E num movimento inverso, do Estado para a sociedade, essa lógica opera com a distribuição do poder, no qual são as instâncias locais as que melhor conhecem a realidade, e estão em melhores condições de resolver os conflitos que surgem nesse nível.

Nesse sentido, é no aspecto político da descentralização que se encontram as maiores polêmicas, sendo que para as forças democratizantes a democracia é um valor radical e tem o sentido de soberania popular. Já na perspectiva neoliberal, esse é um valor relativo que pode ser suprimido, dependendo das necessidades do desenvolvimento econômico.

No que se refere aos dois primeiros aspectos, descentralização administrativa e econômico-financeira, a principal característica é da desconcentração do Estado, sem contudo levar em conta uma redistribuição do poder na sociedade. Desse modo, os conceitos de descentralização e desconcentração se confundem, e o que poderia ser um processo de democratização da sociedade, acaba tornando-se um reforço à ideologia neoliberal.

Segundo Munarim (2000), para se estabelecer parâmetros do que venha a ser chamado de modelo democratizante de descentralização e de modelo neoliberal, é necessário observar os sujeitos sociais hegemônicos nesse processo histórico.

O Banco Mundial é particularmente o sujeito histórico mais atuante, no que se refere a fomentar políticas de descentralização econômica e administrativa, o que, de acordo com o autor, parece ser uma contradição, já que, juntamente com o FMI, foi criado no bojo das políticas Keynesianas de centralização do planejamento no Estado. Contradição essa apenas aparente já que esses “OIs *existem para resguardar e promover os interesses do grande*

capital transnacional e, porque não dizer, daqueles Estados-nação que continuam com papel hegemônico no cenário das relações internacionais” (p. 80).

Portanto, as políticas implementadas pelos OIs, apontam para uma desconcentração centralizante do Estado, de modo que a sua descentralização/desconcentração administrativa, caracterizada pelo repasse de encargos aos governos locais e pela privatização, requer muito poder político centralizado no próprio Estado representado pelo Poder Executivo.

Nesse sentido,

[...] o projeto neoliberal de descentralização assenta-se estrategicamente em proposições de 'descentralização' administrativa, mas que na verdade joga como justificador do projeto econômico. Desse modo torna-se um instrumento político que serve a uma maior concentração do poder nas instituições do capital transnacional que, estrategicamente, concentra poder, ainda que a elas subordinado, nos Executivos dos Estados nacionais (p. 83).

Na defesa dos interesses do capital, são os organismos internacionais, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, os sujeitos que estão provocando verdadeiras mudanças no papel do Estado, principalmente nos países de capitalismo periférico, onde a ação da sociedade civil nunca foi muito forte. E esse é o maior problema no que se refere à sociedade assumir responsabilidades para as quais não tem condições sem o auxílio estatal.

Segundo Munarim (1997),

O Banco Mundial propõe, inclusive, 'parcerias' diretas com municípios associados ou individuais e com ONGs de ação local, na qual entra com os recursos financeiros e, obviamente com a definição das políticas financiáveis [...]. A renovação das políticas vem no sentido de 'renovar para não mudar' (p. 3).

Para entender melhor as estratégias do Banco Mundial, até porque ele é o principal fomentador das políticas educacionais no Brasil, no que se refere às políticas sociais, é importante levar em conta o esquema de Coraggio (apud MUNARIM, 2000). Em síntese, as políticas sociais do Banco Mundial podem ser resumidas em três palavras-força: *continuar, compensar e instrumentar*.

Continuar o processo de desenvolvimento do jeito que conhecemos. O importante é investir recursos públicos nas pessoas para, assegurando o acesso mínimo a condições materiais de saúde, educação, alimento e abrigo, de forma a aumentar a expectativa de vida, alcança-se uma distribuição mais equitativa de oportunidades. Porém, essas proposições não definem uma concepção de como se conseguir que “o *capital humano seja algo mais que recurso barato. Além do que, a equidade é buscada às custas do empobrecimento das camadas médias urbanas, sem afetar as camadas privilegiadas*” (2000, p. 81).

Compensar os efeitos da revolução tecnológica e econômica “*são políticas para compensar os não direitos dos não cidadãos*” (2000, p. 81).

Para os excluídos que esse processo irá gerar,

[...] crie-se a filantropia, a caridade; crie-se as parcerias com a sociedade civil para que esta dê conta de seus pobres. E é melhor que seja através de parcerias, e não da ação direta de um 'Estado Caritativo', até porque as organizações da sociedade civil são mais eficientes e eficazes que o Estado na aplicação dos recursos que são poucos. Mas, para qualquer efeito, trata-se de beneficência, jamais de reconhecimento de direitos de cidadania (MUNARIM, 1997, p. 6).

Instrumentar a política econômica, ao propor políticas e financiá-las aos Estados-nação, cujo objetivo é o desmonte do *Welfare State* pela desconcentração administrativa e econômica (privatização).

Faz parte das estratégias dos organismos internacionais ainda, segundo Munarim (2000), a defesa da globalização dos mercados às custas da (re)valorização do local, algo que poderia parecer contraditório, mas não é, já que as questões referentes ao mercado devem ser comuns, mas os problemas, principalmente os sociais, são questões a serem resolvidas individualmente, de acordo com cada realidade. *“Assim, a volta ao local pode significar uma excrescência do processo neoconservador na medida que pode potencializá-lo”* (p. 8).

Porém, para o autor, as parcerias que entram em moda nos municípios, em âmbito local, são alternativas de dupla face:

De um lado, podem sim, significar um instrumento político manipulado de acordo com os interesses dominantes de classe através de um prefeito qualquer e seus ajudantes de plantão, representantes do autoritarismo. Então, em vez de democracia pela descentralização e transferência de poder, o que pode ocorrer é uma simples transferência de encargos à sociedade; coisas que já eram direito do cidadão e dever do Estado de executar. Em vez de novas parcerias - numa relação de iguais - onde se decidiria juntos sobre os fundos públicos, pode ocorrer a transferência de migalhas de recursos públicos, e ainda como se fosse uma benesse de quem está no poder, para com seus clientes, uma forma nova de clientelismo - um neoclientelismo (MUNARIM, 2000, p. 8).

Por outro lado, podem sim, ser um bom começo para a construção de um processo de transformação na cultura política local, e que envolve diretamente as relações entre Estado e sociedade civil. Uma *“Nova cultura política que implicaria, inclusive, a manutenção das conquistas no processo do Estado do Bem-estar social”* (MUNARIM, 2000, p. 8). Mas para que isso ocorra, há que se buscar a participação efetiva da sociedade, exigindo o poder de decidir, elaborar e não só de executar políticas públicas. Participação essa que, em uma sociedade como a nossa, precisa ser mediada por inúmeras instituições da sociedade civil organizada.

Segundo Cury (1995),

A categoria da mediação expressa as relações concretas e vincula mútua e dialéticamente momentos diferentes do todo [...]. O conceito de mediação indica que nada é isolado. Implica, então, o afastamento de oposições irreduzíveis e sem síntese superadora (p. 43).

Caberia a essas organizações ter clareza dos interesses de quem representam, para que possam contribuir na garantia de espaços em que a sociedade civil possa discutir políticas públicas junto ao Estado, e não em que ela apenas assuma a execução dessas políticas.

1.3 A educação como ideologia: a remastização da teoria do capital humano

Dentre as políticas desenvolvidas pelos OIs encontram-se também as referentes ao aspecto educacional, já que a educação acaba ocupando um importante papel no que se refere a justificar as diferenças sociais entre os países. Ao ser tomada a educação como medida do desenvolvimento social, ela acaba tendo uma função meramente ideológica.

Segundo Bonamino (1993),

No modelo econômico-político adotado no Brasil a partir de 1964, a educação passou a ser vista como instrumento capaz de promover, sem contradição, o desenvolvimento econômico pela qualificação da força de trabalho [...] e, ao mesmo tempo, como fator indispensável à manutenção do Estado (p. 51).

Porém, segundo Leher (1998), até esse momento, a industrialização era a mola mestra para o desenvolvimento nacional, e é somente no final da década de 1970 que a educação é

tomada como política de organismos internacionais como Banco Mundial e a Unesco, que passaram a interferir na política educacional em países como o Brasil. Nesse momento, começa a ganhar força a teoria do capital humano, segundo a qual pode-se relacionar quantidade de educação e salário, e educação e crescimento econômico. A educação passa a ocupar um papel importante no desenvolvimento econômico, principalmente, no que se refere a justificar as diferenças sociais.

Já Frigotto (1989) diz que a teoria do capital humano nasce justamente para justificar as contradições inerentes ao sistema capitalista de produção, servindo muito mais para mascarar, ocultar a verdadeira relação entre capital e trabalho do que para explicar a realidade existente.

A teoria do capital humano, segundo o autor, não se constitui como uma teoria explicativa do real, tendo em vista que possui um movimento interno que guarda em si um caráter circular, o que se deve ao seu método de análise, e à visão burguesa que o constitui. O determinante, a educação como fator de desenvolvimento e distribuição de renda, passa a determinado, quando o fator econômico serve de elemento explicativo do acesso e permanência na escola, do rendimento escolar, entre outros. *“Essa circularidade de análise [...] decorre de sua função apologética da ótica de classe que representa”* (p. 39).

Em nome de um *pretense rigor científico*, essa teoria se constitui numa mitificação e reforço do senso comum. Nesse sentido, há portanto uma redução dos conceitos de homem, trabalho, classe e educação.

Portanto, a educação na perspectiva da teoria do capital humano acaba transformando-se numa estratégia ideológica para justificar as diferenças sociais, inclusive entre nações, já que a educação é usada como a medida do desenvolvimento ou não de um país, sem levar em conta o contexto histórico e social, e, ao mesmo tempo, reforça a ideologia neoliberal quanto ao individualismo e à diminuição do papel do Estado, já que o indivíduo deve ter o direito de

decidir sozinho qual vai ser o melhor investimento que fará em si, assumindo inclusive os riscos desse investimento.

Dessa forma, exime também o Estado da responsabilidade de promover a educação pública e gratuita, que seria o direito de todos numa sociedade que se diz democrática.

2 CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DE ORIGEM DA PROPOSTA EDUCATIVA DA CASA FAMILIAR RURAL

Para compreender a proposta educativa da Casa Familiar Rural e o modo como essa proposta vem se desenvolvendo em Santa Catarina, torna-se necessário conhecer o contexto histórico e social em que ela surge na França, tendo em vista, inclusive, ela ter origem numa realidade social totalmente distinta da brasileira.

Portanto, há que se contextualizar essa proposta educativa evidenciando as diferenças quanto ao contexto social e as mudanças que vêm ocorrendo na sociedade, principalmente na relação Estado e sociedade civil, já que o modo como ela vem se constituindo aqui no Brasil, especificamente no estado de Santa Catarina, parece indicar que a transposição pode ser feita sem que se leve em conta essas questões.

A forma como essa proposta vem se desenvolvendo, pode reforçar as estratégias políticas atuais do Estado de diminuição do seu papel na sociedade como provedor de políticas sociais, já que a sociedade civil assume funções que deveriam ser por ele executadas, ao mesmo tempo que acaba contribuindo para a privatização do que é público, no que se refere à constituição de espaços de publicização dos conflitos e das lutas sociais para conquistas de direitos frente ao Estado.

O Estado, ao eximir-se de certas tarefas e ao confiá-las à sociedade civil através de parcerias, causa, à primeira vista, a impressão de uma abertura à participação pública, mas que pode se dar às custas de uma pseudoparticipação da sociedade, que não garante efetivamente o poder de decisão, mas apenas arcar com o ônus da execução das responsabilidades assumidas.

A proposta da Casa Familiar Rural torna-se muito interessante no que se refere à análise desse processo, principalmente através do papel de mediação desenvolvido pela ARCAFAR-Sul e na forma como ela vem constituindo-se no estado.

2.1 Origem da Proposta

Foi no sudoeste da França, em 1935, que teve início a experiência que permitiu a criação da primeira *Maison Familiale Rurale* (MFR) no modelo que fundamenta as experiências em alternância na formação de jovens do meio rural que hoje se multiplicam pelo Brasil.

Segundo Chartier (apud SILVA, 2000), essa experiência inicial foi marcada em sua base pela organização de um grupo de famílias de pequenos agricultores na busca de alternativas para uma formação geral, social e profissional para seus filhos, que fosse adaptada às condições da realidade rural⁸. Uma outra marca importante, era a de uma formação que estivesse comprometida com o desenvolvimento da região onde eles estavam inseridos.

Vale ressaltar que a França vivia o período entre as duas grandes guerras e tinha naquele momento o desafio de reconstruir-se social e economicamente. A estratégia utilizada pela sociedade francesa foi a do fortalecimento de um sistema de ensino, priorizando o desenvolvimento tecnológico, aliada à ação de um Estado voltado para o bem-estar social de sua população.

Porém, o que faz surgir a proposta da Casa Familiar Rural como uma proposta gerida basicamente pela sociedade civil é que, no âmbito educacional especificamente rural, o

⁸ A realidade rural francesa era baseada na agricultura familiar, daí a necessidade da presença constante dos filhos, que ajudavam no trabalho familiar.

Estado francês apresentava-se desinteressado pelas questões do campo; o interesse voltava-se ao ensino urbano. Por outro lado, a igreja, que tinha preocupação com os camponeses, não tinha propostas educacionais para eles.

A realidade posta naquele momento sobre a questão da educação dos jovens que viviam no campo era ter de optar em continuar os estudos e sair do meio rural para o meio urbano, ou permanecer contribuindo no trabalho familiar e interromper o processo educacional.

As famílias, por sua vez, precisavam do trabalho dos filhos, ao mesmo tempo em que não tinham condições de mantê-los na cidade, estudando. Era essa a situação em que se encontravam os pais, os sindicatos, as cooperativas e a igreja, naquele momento, na França.

Foi a situação concreta de um jovem da região de Lot-et-Garonne, aluno bem sucedido mas desmotivado para continuar os estudos tendo em vista que queria continuar trabalhando na propriedade do pai, que desencadeou a mobilização das famílias daquela região. Seu pai era membro da Secretaria Central de Iniciativa Rural (SCIR) e discutindo essa questão com o pároco local, que também era membro dessa instituição, concordaram que os conhecimentos práticos necessários àqueles jovens que desejavam ficar no campo podiam ser aprendidos trabalhando na propriedade. Contudo, percebiam também a necessidade de um complemento de formação técnica e geral como condição indispensável para permitir àqueles que seriam, um dia, os responsáveis pela propriedade adaptar-se à evolução das técnicas.

Essa discussão, ampliada com a participação de outros agricultores, favoreceu o surgimento de várias propostas de formação para aqueles jovens desejosos de exercer o *metier* da agricultura. Chegou-se ao consenso de que a aprendizagem da prática agrícola seria realizada nas propriedades rurais e, completando essa aprendizagem prática, os jovens deveriam seguir periodicamente um ensino geral e teórico. O objetivo dessa formação

complementar era permitir-lhes avançar ou ampliar a compreensão das situações vividas, compreendendo-as de outra forma que não pela rotina.

Houve um acordo de que o período de formação complementar poderia ser realizado sob forma de internato, onde os alunos iriam passar três semanas em aprendizado prático nas suas propriedades, e uma semana em formação teórica na escola. O ritmo dessa alternância se repetiria cinco vezes durante o inverno. Nasceu assim o que viria a ser uma das grandes características do projeto pedagógico das MFRs: *a alternância entre o trabalho prático na propriedade agrícola e a formação geral e técnica no centro de formação.*

O resultado do primeiro ano dessa experiência foi tão positivo que, segundo Chartier (apud SILVA, 2000), *influenciou ainda mais os pais, que passaram a se interessar pela condução do projeto pedagógico.* Atuando como mestres da aprendizagem prática, eles participaram da organização de formação em conjunto com a parte teórica, partilhando assim a responsabilidade da formação geral. Esse foi, segundo o autor, um dos pontos de interesse dos pais por aquela nova fórmula, o que fez com que ampliasse progressivamente o número de jovens interessados.

A Secretaria Central de Iniciativa Rural (SCIR), um organismo de tipo sindical, tinha como um de seus objetivos buscar meios suscetíveis de favorecer a evolução do mundo rural, através da criação de organismos de base sindical, mutualista e cooperativa. A idéia dominante era no sentido de ajudar os agricultores a tomar consciência de sua importância, desenvolvendo neles o desejo de assumir a responsabilidade do seu próprio destino. Uma de suas estratégias, nesse sentido, era investir em uma formação adaptada aos jovens rurais.

O interesse dos jovens foi tanto que, em 1937, foi constituída uma associação do tipo sindical, para a compra de um local maior para dar continuidade à experiência.

Em razão desta compra coletiva pelas famílias dos agricultores é que surgiu a denominação dessa primeira experiência de: 'La Maison

Familiale'. E foi assim que entre agricultores de condições modestas, teve origem uma cooperação de famílias em torno de um projeto educativo para seus filhos e para o desenvolvimento de sua região (SILVA, 2000, p. 4).

2.1.1 Os seus fundadores: a sociedade civil organizada

A primeira MFR nasceu segundo Silva (2000), sobre o terreno do catolicismo social, tendo como base o movimento cristão do fim do século XIX, o movimento de Sillon, que defendia a democracia como condição do progresso social. Esse movimento inspirou um sindicalismo agrícola estimulante da solidariedade e da ação comunitária em todos os sentidos da vida profissional, social e cultural. Sobre esses princípios desenvolveu-se a Juventude Agrícola Cristã (JAC), que marcou fortemente o sindicalismo agrícola na França. Essa cultura comunitária vai explicar o engajamento militante das famílias e a rápida difusão pelas redes herdeiras do movimento do Sillon.

A Maison Familiale Rurale baseava-se numa formação em alternância, em que às famílias cabiam responsabilidades pedagógicas e financeiras.

A formação dos jovens compreendia três aspectos que são complementares: a experiência/aprendizagem é de início técnica. Os filhos aprendem com os pais, lhes ajudando ao ritmo das estações. Mas ele deve compreender o que faz e o porquê das coisas, daí a necessidade de uma formação geral teórica, onde se encontram disciplinas como história, geografia, história natural agrícola, ciências, mas também preparação para a vida associativa, à qual se acrescenta uma formação humana e cristã à qual tinham seus fundadores (SILVA, 2000, p. 4).

A partir de 1935, a experiência iniciada em Serignac-Peboudou e implementada em Lauzan começa a se espalhar pelas diversas regiões da França, onde há um processo de

difusão da experiência não somente para divulgar a proposta de formação de jovens rurais, mas para atingir os meios sociais para o convencimento dos agricultores e das autoridades civis e religiosas sobre a sua importância.

Essa ampliação do número de MFRs exigiu a constituição de uma coordenação geral do projeto para ações mobilizadas, visando tanto a ajudar no processo de implementação de novas experiências como também a preservar os princípios fundadores da experiência inicial.

Em setembro de 1942 foi criada a União Nacional das Maisons Familiaes Rurales (UNMFR). Essa coordenação geral teve grandes dificuldades para alcançar seus objetivos, tendo em vista o contexto de guerra e da ocupação alemã, que dominava a sociedade francesa naquele período. A situação das MFRs, no período de 1941-1945, é marcado por grande diversidade de concepções ou caminhos adotados, sendo em alguns casos bastante diferentes da proposta original.

Com o término da guerra, houve o início de uma nova fase das MFRs. O esforço era no sentido de unificação do movimento e da construção de uma identidade na atualização e revitalização das suas bases fundamentais.

Segundo Silva (2000), esse foi um momento de “*Desconfessionalização do movimento popular das Famílias*” tendo em vista a supressão do posto de eclesiástico geral, acompanhada da orientação que desaconselhava a indicação de um eclesiástico para o posto de diretor da MFR. Isso criou um clima de hostilidade com a hierarquia católica, o que culminou com a saída do padre que esteve acompanhando o projeto desde a sua origem.

Na busca de manterem-se fiéis aos princípios originais, foram realizados esforços por parte do movimento das MFRs, no sentido de se manterem independentes tanto do Estado, quanto da igreja.

2.1.2 A ampliação das experiências pelo mundo

A fórmula criada para Lauzun deu origem, na França, a aproximadamente 450 *Maison Familiale Rurales*, Institutos Rurais e Centros de Adultos, que trabalham na formação e desenvolvimento do meio rural e organizam-se em torno da Union Nationale des Maisons Familiales Rurales d'Education et d'Orientation (UNMFREO).

Em seu início, a UNMFREO era voltada para a formação nas MFRs, mas foi adaptando-se às transformações da sociedade rural e às necessidades dos jovens e suas famílias e propondo uma gama diversificada de formação para o setor agrícola.

Atualmente,

[...] mais de 47000 jovens e adultos se beneficiam das formações dispensadas pelas MFRs na França. Elas ampliaram consideravelmente os níveis e os tipos de formação propostas. Elas conduzem formações repartidas sobre o conjunto de níveis do sistema educativo francês, que vão da classe do primeiro grau, passando pelo nível médio e indo até o nível superior, inclusive em nível de especialização. Essas formações se endereçam também aos adultos que, após uma atividade profissional, querem se engajar em um aperfeiçoamento, uma promoção ou uma reconversão profissional. A duração da formação varia de algumas jornadas (dias) à diversos meses segundo os objetivos, os níveis e os setores profissionais (SILVA, 2000, p.15).

Ainda segundo Silva (2000), o fim dos anos 50 caracterizou-se pela expansão das MFRs para além da fronteira francesa. Em 1959 teve origem a primeira MFR em Verona, na Itália, que foi seguida por outras. Em 1966 foram criadas MFRs na Espanha e em 1984 em Portugal.

Na África, os contatos começaram em 1959 e as primeiras criações foram à partir de 1962 no Congo, depois no Togo e no Senegal. No final dos anos 60 já havia se espalhado em

sete países *subsahariens*. Na Ásia, o primeiro país a implantar a MFR foi as Filipinas, em 1988, contando com o apoio da Espanha.

Na América Latina e Central, apesar de recente, a implementação de MFRs foi rápida e encontra-se em 12 países e em aproximadamente 130 lugares. Elas existem na Argentina, em El Salvador, na Guatemala, em Honduras, no México (em projeto), na Nicarágua, no Panamá, na República Dominicana, no Uruguai, na Venezuela e no Brasil, que foi o primeiro país a implantá-la e onde há distinção entre as Casas Familiares Rurais (CFRs) e as Escolas Família Agrícola (EFAs).

As experiências que marcaram a criação das Escolas Família Agrícola no Brasil, mais especificamente no sul do Espírito Santo na década de 60, tiveram sua origem na experiência italiana de Castelfranco na região de Veneto, e na ação pastoral de um padre jesuíta italiano.

Essa região, caracterizada pela produção agrícola, vivia naquele momento um processo acelerado de êxodo rural. O padre jesuíta, percebendo o desânimo da população e a escassez de escolas para o meio rural, passou a orientar um projeto pessoal de construção de uma escola diferente, adequada às necessidades existentes naquela região e onde o sentido da promoção humana fosse mais amplo.

Dessa forma, em uma viagem realizada à Itália, o padre tomou conhecimento da experiência italiana da MFR e com o apoio de amigos criou o projeto de uma nova escola para o meio rural capixaba. Além disso, com o apoio dado, surgiu uma entidade de ajuda à implantação das MFRs, denominada AES (Associação dos Amigos do Espírito Santo). A AES contribuiu com apoio financeiro e pedagógico através de intercâmbios com as experiências italianas, mas contribuiu também na criação do MEPES, Movimento Promocional do Espírito Santo, entidade de promoção social através do desenvolvimento de ações na área de educação, saúde e ação comunitária voltadas para o meio rural.

É no âmbito das ações do MEPES que ocorre, em 1969, o início das atividades educativas das duas primeiras Escolas Família Agrícola no Espírito Santo, localizadas nos municípios de Alfredo Chaves e Olivânia (Zamberlan,1995). Essas implantações foram seguidas de muitas outras que, durante os anos 70, foram se expandindo para outras regiões do estado. A década de 80 marcou a consolidação do modelo das EFAs no estado do Espírito Santo e a expansão da pedagogia da alternância para outros estados e regiões brasileiras: da Bahia para o Ceará, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Rondônia, Amapá, Goiás e Minas Gerais. Dessa expansão das EFAs, surgiu em 1982, a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil, UNEFAB, entidade de coordenação e representação das afiliadas regionais (SILVA,2000, p. 9).

Ainda, segundo a autora, é só no final da década de 80 que vai ocorrer a implantação das Casas Familiares Rurais, que nascem sem nenhuma articulação com as EFAs e têm a orientação direta da experiência francesa.

As primeiras foram criadas em 1984, em Riacho das Almas, Pernambuco, e em 1987 na cidade de Barracão e Santo Antônio do Sudoeste, no estado do Paraná. Essas ações contaram com o apoio das administrações municipais e da Union Nationale des Maisons Familiales Rurales, inclusive no que se refere a programas de cooperação.

Ainda, de acordo com Silva,

Nos quadros do programa de Cooperação e Intercâmbio Franco-Brasileiros, GRET/FINEP, houve a disponibilidade de um técnico francês oriundo das Maisons Familiales Rurales, para a implantação e assessoria pedagógica às Casas Familiares Rurais do Brasil. Em 1992, de acordo com o projeto encaminhado às autoridades francesas e a CEE solicitando financiamento ao "Programa de Developpement das Casas Familiares Rurais au Brésil", haviam 10 CFRs em funcionamento no Brasil e, ainda, a previsão de mais 57 centros de formação (2000, p. 10).

Essas ações, na sua maioria foram concentradas na região sul do Brasil, nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que juntos formam a Associação das Casas

Famíliaes Rurais da Região Sul do Brasil (ARCAFAR Sul), criada em 1991. A ARCAFAR tem por objetivo difundir a proposta da formação dos jovens rurais pela pedagogia da alternância, garantindo as condições de organização e funcionamento das CFRs, e viabilizar cursos de capacitação dos monitores envolvidos no processo pedagógico.

2.1.3 A proposta pedagógica: pedagogia da alternância

A proposta pedagógica das MFRs, ou seja, a pedagogia da alternância, foi se construindo com o decorrer da experiência dessa proposta educativa. A princípio, houve ênfase na formação global do jovem, já que se buscava desenvolver um processo educativo em que ele se responsabilizasse pela propriedade, mas que também agisse como militante capaz de engajar-se na melhoria de seu meio. A formação tanto geral quanto técnica estava contida nesse objetivo de formação global.

Mesmo com toda essa inovação, no início, a maioria dos professores ensinava segundo uma concepção tradicional de educação. Essa postura foi logo questionada, tendo em vista a participação dos pais nas assembleias das associações e a confrontação de idéias sobre o tempo que o jovem passa na MFR e o tempo que passa com a família.

Nesse sentido, os monitores passaram a ter consciência dos reais problemas enfrentados pelas famílias, bem como de suas reais necessidades de aprendizagem, ou seja, passaram a desenvolver o conhecimento a partir de situações vividas.

Em um documento publicado em 1943 pela UNMFR, é possível identificar a tentativa de uma alternância que visava a uma maior integração dos dois momentos de formação do jovem, propondo três fases do processo assim estabelecidas:

- 1 Partir da experiência de vida dos jovens;
- 2 Dar aos alunos os princípios educativos os quais estão sobre a direção do professor, e que lhe permitirão:
 - Julgar a experiência
 - Compreender as razões pelas quais foram criadas dentro de sua região
 - Melhorar com atitudes que possibilitem o sucesso
- 3 Organizar e dirigir as múltiplas experiências nas propriedades dos pais dos alunos:
 - Afim de conduzir o jovem a aprender como regra, que ele não deve inovar sem antes ter ele mesmo experimentado,
 - Afim de provar as gerações passadas, que é sempre possível fazer o melhor (CHARTIER apud SILVA, 2000, p. 13).

Nesse momento, é possível perceber uma mudança na perspectiva pedagógica inicial, em que se tinha como objetivo responder às necessidades dos jovens rurais, por ensaios e ajustamentos sucessivos, passando-se assim para uma proposta que tenha como ponto de partida a experiência vivida pelos jovens no seu meio.

Segundo Silva (2000), a concepção de escola presente nessa proposta é de uma instituição que vai em direção aos seus utilizadores e não o contrário, que atenda não somente aos interesses dos jovens, mas que esteja intimamente articulada com o meio e com os interesses da família.

Em 1945, o método que iria dar origem à pedagogia da alternância nos moldes atuais começa a ser percebido, divulgado e aplicado convenientemente. O período de 1945 a 1950 é de grande importância para o desenvolvimento de meios pedagógicos e de consolidação dessa abordagem da pedagogia da alternância, base educativa das MFRs.

Em 1949, em um congresso reunindo 120 MFRs e diversos representantes da administração dos organismos profissionais e familiares, foi apresentado com precisão e oficializado o modelo pedagógico da Pedagogia da Alternância, e o seu pilar principal é o *caderno de propriedade familiar*.⁹ Nele estão contidos todos os materiais e conhecimentos

⁹ A ARCAFAR tem priorizado a ação para que os jovens que estão no último ano da Casa desenvolvam os seus projetos para as propriedades agrícolas, tendo em vista os financiamentos conseguidos junto ao governo Federal

produzidos pelos jovens que contribuirão para o desenvolvimento de uma atividade específica em sua propriedade ao final do curso. É considerado um dossiê das atividades desenvolvidas.

2.2 A Proposta da Casa Familiar Rural em Santa Catarina: origem, desenvolvimento e sujeitos envolvidos

Em Santa Catarina, segundo documentos contidos na EPAGRI, as primeiras experiências com a proposta educativa da Casa Familiar Rural desenvolveram-se nos municípios de Quilombo e Caibi, oeste do estado, oficialmente a partir de 1993. As informações sobre a origem dessas experiências aqui no estado indicam que um grupo de agricultores e líderes políticos da Região Oeste, inclusive o prefeito do município de Quilombo, foi pessoalmente conhecer essa proposta educativa na França, entre os anos de 90 e 91.

O processo de discussão sobre a constituição de Casas Familiares Rurais em Santa Catarina teve a princípio a mediação de algumas entidades, tanto estatais, ligadas à questão agrícola, quanto organizações da sociedade civil, ONGs, que também estavam ligadas aos trabalhos nessa área. Dentre as que mais se destacaram estavam o CEPAGRO, Centro de Estudo e Promoção da Agricultura de Grupo¹⁰, e a ACARESC, hoje EPAGRI; além de outras ONGs, como o Centro Viane de Educação Popular, que desenvolvia seus trabalhos na Região Serrana, e que tentava trazer essa proposta para o sul tendo em vista as experiências vivenciadas no Norte do país, e a APACO, Associação de Pequenos Agricultores do Oeste

em programas como o PRONAF, que dão incentivo e financiam atividades agrícolas desenvolvidas através de projetos para esse fim. Nesse sentido, o encaminhamento dos projetos via os cadernos de propriedade é de suma importância para sua efetivação.

Catarinense,¹¹ que se localizava no oeste do estado. Ambas contribuíam nas discussões em âmbito local/regional.

Segundo João Augusto de Oliveira¹², também conhecido como Joca, que foi funcionário da antiga ACARESC e também um dos fundadores do CEPAGRO, esse processo deu-se tendo em vista que a ACARESC, num certo momento, possuía um acordo de cooperação com uma organização do oeste da França chamada AUDIS:

[...] uma Associação de Agricultores Familiares do Oeste da França, que proporcionou uma troca de experiências, de pessoas, documentos, parte a parte [...]. E no bojo dessa cooperação, entre a ACARESC e a AUDIS, é que se teve contato com as experiências das Casas Familiares Rurais (2001).

Posteriormente, a ACARESC desinteressou-se desse acordo e o CEPAGRO, que já existia naquele momento como uma ONG, entrou em contato com essa organização na França, firmando um acordo de intercâmbio entre o CEPAGRO e a AUDIS. Além dos diversos itens desse acordo, estava inserido o da formação de jovens agricultores na pedagogia da alternância, que é realizada nas Casas.

Aí se começou uma série de intercâmbios, idas e vindas de agricultores, dirigentes e monitores de Casas Familiares Rurais [...]. E numa oportunidade foram alguns prefeitos, alguns agricultores, entre os quais uma dirigente do movimento de mulheres agricultoras de Chapecó [...]. Nessa viagem então, foram alguns agricultores da região de Chapecó e de outras regiões, e alguns prefeitos (JOCA, 2001).

¹⁰ Uma ONG atualmente vinculada ao Centro de Agronomia e veterinária da UFSC que presta assessoria a movimentos e organizações ligado ao trabalho associativo no campo. Essa entidade, principalmente através da pessoa do Joca, participou desde o início da constituição das Casas no estado.

¹¹ Organização não governamental sem fins lucrativos, fundada em 1989, que tem como objetivo estimular e assessorar o desenvolvimento da agricultura de grupo na Região Oeste de Santa Catarina.

¹² Em entrevista concedida em 24 de outubro de 2001, na sede do CEPAGRO em Florianópolis. Engenheiro agrônomo que influenciou e vivenciou diretamente a constituição dessa proposta no estado, tendo inclusive morado por algum tempo na França e acompanhado as experiências francesas de perto.

Nesse sentido, houve um interesse muito forte do poder público municipal através de alguns prefeitos, entre eles Julcemar Francisco Toazza¹³, prefeito de Quilombo naquele momento, sobre a Proposta da Casa Familiar Rural.

No Encontro das Casas Familiares Rurais realizado em 2001¹⁴, Toazza esclareceu que o motivo que levou à constituição dessa Casa “[...] *foi a vontade de querer ousar, em função de uma classe que continuava e continua desassessorada politicamente [...] havia políticas de financiamento, mas não de renda.*”

Além do que, anteriormente à visita de Toazza às experiências francesas, já havia estado lá, e tomado contato com a proposta, Natalino Novera, um agricultor da região.

Dessa forma, segundo Joca (2001), ao voltar da França, Toazza logo começou a movimentar e organizar a comunidade e os professores para formar a associação e montar a Casa.

Para Joca, isso acabou ocorrendo

[...] até meio rápido demais, mas melhor do que devagar [...]. E aí se constitui uma associação, uma escola que funciona até hoje [...]. No começo, o CEPAGRO assessorou no que era conhecimento nosso [...] eu mesmo fui a algumas reuniões lá com os professores, discutindo o que era, o que não era [...]. Em seguida contactamos com o Paraná [...]. (JOCA, 2001).

No estado do Paraná, já estavam em funcionamento desde 1987 duas experiências da Casa Familiar Rural, uma no município de Barracão e outra em Santo Antônio do Sudoeste do

¹³ O ex-prefeito de Quilombo, senhor Julcemar Francisco Toazza, é professor e funcionário da Secretaria Estadual de Educação. Nesse sentido, sua ligação com a questão educacional torna-se mais evidente, como também seu acesso à respectiva secretaria. Atualmente está designado para trabalhar no projeto das Casas Familiares Rurais.

¹⁴ Esse Encontro foi realizado em setembro de 2001, em Treze Tílias. Maiores informações sobre ele serão trabalhadas no capítulo 3.

Paraná. Mas o contato maior entre as experiências desses dois estados só vai ocorrer mais tarde, tendo em vista a vinda de um assessor francês para o Brasil, Pierre Gilly¹⁵, e a constituição da ARCAFAR-Sul, em 1991.

Para Joca, o passo mais importante para o desenvolvimento da proposta aqui no Sul foi mesmo a vinda de Pierre Gilly, “[...] *ele veio para o Brasil e ficou assessorando o movimento aqui no Sul [...] Posteriormente, foi para o Nordeste, e hoje passou a assessorar em nível nacional* (2001).

Com a criação da ARCAFAR, Joca assume a vice-presidência, o que segundo ele,

[...] mais para colaborar [...] porque eu tinha uma atividade muito intensa no CEPAGRO, não tinha muito tempo assim para me dedicar exclusivamente para um projeto deste tipo [...] então na verdade eu participei muito mais para ajudar nesse início [...]. Então a ARCAFAR começou a coordenar o trabalho nos três estados do sul, e o CEPAGRO considerou num certo sentido cumprida sua missão [...]. (JOCA,2001).

A falta de tempo de algumas pessoas, nesse caso Joca, para desenvolver suas funções junto à ARCAFAR, fez com que houvesse uma articulação dentro da EPAGRI para um incentivo maior a esse projeto, já que se tratava da formação dos jovens agricultores. E isso parece que se adequava inclusive às novas expectativas em relação ao extensionismo rural¹⁶, uma das atividades desenvolvidas pela EPAGRI.

A EPAGRI na época, através de seu presidente, concordou em dar um tempo para o seu funcionário, o agrônomo José Milani Filho, atual presidente da ARCAFAR-Sul, para que

¹⁵ Pierre Gilly veio para o Brasil para assessorar na implantação das Casas Familiares Rurais no Sul, tendo em vista os acordos do programa de Cooperação e Intercâmbio Franco-brasileiros, GRET/FINEP. Ele tem uma larga experiência no que se refere às Casas Familiares Rurais francesas. São mais de 50 anos trabalhando como monitor, diretor, entre outras funções. Atualmente, está trabalhando dentro do Ministério da Agricultura, em programas como o PRONAF.

¹⁶ O extensionismo rural parece que vinha perdendo força desde a década de 70, com seu modelo de intensa dependência do agricultor em relação aos financiamentos bancários, o que levou à falência inúmeras propriedades. Isso aumentou a desconfiança do agricultor em relação ao profissional que o estimula a muitas

ele assumisse naquele momento a vice-presidência da entidade no lugar de Joca. A presidência era ocupada por Antenor Dal Vesco¹⁷, pessoa responsável pelo projeto de instalação da Casa Familiar Rural no município de Barracão, junto ao governo de Leonel Poloni, tendo em vista ser seu secretário de educação.

Para Dal Vesco¹⁸ (1995, p. 14),

[...] a Casa Familiar Rural é mais um tipo de abertura do que de escolaridade. Precisa-se abrir a mente do produtor rural e da sua família para esse novo conceito de tecnologia, para a era da inteligência, para que, realmente, consiga subsistir [...]. Eu diria até mais: o Prefeito da minha cidade, da cidade onde eu vivo, fala que o país tem três soluções: em primeiro lugar a educação; em segundo lugar a educação; e em terceiro lugar a educação, que é o tema básico para que se possa desenvolver um país.

Portanto, o conhecimento e a divulgação da Proposta da Casa Familiar Rural em Santa Catarina deu-se basicamente através dos convênios realizados, a princípio, entre a ACARESC atual EPAGRI, e, posteriormente, entre o CEPAGRO e a AUDIS, que foi estimulada principalmente, através da atuação de pessoas envolvidas nestas instituições, como no caso o Joca e que tentavam fazer a articulação necessária, através do CEPAGRO, para que a proposta fosse discutida em nível de sociedade civil aqui no estado. Tendo em vista inclusive, que a marca principal de origem dessa proposta educativa na França foi, justamente, a organização da sociedade civil, nesse caso os agricultores familiares do oeste francês, na implementação de uma proposta educativa voltada aos seus interesses.

mudanças técnicas.

¹⁷ Dal Vesco contribuiu para a produção do Plano de Desenvolvimento Agrícola do Sudoeste do Paraná, "Sob a égide da educação nasce uma nova agricultura", em cujo documento de 1988 constava o projeto de instalação das Casas Familiares Rurais.

¹⁸ Em palestra proferida no Seminário sobre Casa Familiar Rural realizado pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina em 1995.

A entrevista com Joca (2001), além de contribuir na questão do resgate histórico da constituição dessa proposta no estado, principalmente no que se refere aos sujeitos envolvidos desde o início, contribuiu também para esclarecer de que modo é feita essa transposição. No Brasil, e no estado de Santa Catarina, especificamente, a proposta da Casa Familiar Rural via pedagogia da alternância não se constituiu como uma proposta gerida pela sociedade civil organizada, mas se deu através da mediação e parceria entre diferentes instituições, que, no desenvolvimento dessa proposta educativa, ainda não definiram de forma clara os seus papéis e objetivos comuns.

Em Santa Catarina, após a saída do CEPAGRO e a criação da ARCAFAR-Sul, as discussões sobre a proposta educativa da Casa Familiar Rural acabaram encaminhado-se basicamente via EPAGRI, já que Milani, atual presidente da ARCAFAR-Sul, é funcionário desse órgão. As próprias dependências da EPAGRI em São Miguel do Oeste são usadas como referência para contato com a ARCAFAR em Santa Catarina.

Ao que parece, até o surgimento da ARCAFAR-Sul, as discussões sobre a implantação de Casas Familiares Rurais no estado vinham desenvolvendo-se em nível regional, mediadas por diversas organizações, tanto estatais quanto não governamentais. É com a criação dessa entidade que as discussões a respeito de políticas públicas para a população rural, incluindo as educacionais, parecem perder em grau de publicização em nível de sociedade civil.

2.3 A relação público e privado na constituição desta proposta educativa

A constituição da proposta educativa da Casa Familiar Rural na França também é marcada por contradições e divergências políticas quanto aos seus objetivos educacionais, principalmente no que se refere à relação entre público e privado.

Segundo Joca (2001), a forma como essa proposta foi concebida na França é um pouco controversa. Ele encontrou pessoas que diziam ser ela uma proposta educativa conservadora, vinda de um pessoal conservador que queria uma escola privada, quando se deveria defender a escola pública; por outro lado, as pessoas com as quais o CEPAGRO mantinha relação, que eram da AUDIS, “[...] *uma Associação de Agricultores Familiares do Oeste da França absolutamente comprometida com tudo que representava avanço na agricultura, inclusive no que se tratava do sindicalismo mais combativo [...]*, diziam que não se tratava disso, sendo que boa parte do pessoal ligado ao sindicalismo, havia passado pela Casa Familiar Rural.

Para esse grupo, segundo ele, “*a Casa Familiar Rural era o que era a associação que mantinha a Casa.*”

Nesse sentido, para além da questão dessa proposta na França ser conservadora ou não, na relação público e privado, o importante é que a sociedade civil francesa se constituiu, historicamente, como uma sociedade forte e organizada, numa relação de autonomia frente ao Estado, ou seja, não é dependente dele.

Além do que, no aspecto educacional, a questão da educação básica é uma questão que já está resolvida. A Casa Familiar Rural caracteriza-se como uma alternativa educacional.

Na questão estrutural, por exemplo, as Casas Familiares Rurais francesas, por meio de suas associações, recebem do Estado, através do Ministério da Agricultura, 40% do orçamento de que dispõem.

Em Santa Catarina, a responsabilidade nesse sentido tem ficado a cargo das associações locais de cada Casa, que negociam com o poder público municipal e conseguem, através de parcerias, a disponibilização de recursos tanto financeiros, quanto humanos e materiais. A associação local busca também outros parceiros tanto públicos, quanto privados,

já que os recursos do município são escassos e ela não tem condições de manter a Casa com recursos próprios.

No que se refere ao Brasil, segundo Joca (2001),

A Casa Familiar Rural não é particular no sentido de privada, no Brasil ela não é pública mas também não é privada [...]. O estado passa a compartilhar um poder com os agricultores [...]. No Brasil, houve setores do sindicalismo mais combativos que achavam que deveriam ir com mais cautela.

Segundo ele, a experiência de Quilombo, pioneira no estado, revelou essa contradição desde o início. Na época de sua implantação, houve um embate muito forte na região, já que para alguns o prefeito que estava encabeçando as discussões representava um partido conservador. “*Eu acho que acabaram formando uma associação onde tinham representantes das diversas correntes, não sei se isso se mantém* (JOCA, 2001). O próprio Toazza, prefeito de Quilombo e que assessora a ARCAFAR-Sul no oeste do estado, faz referência a essa situação inicial:

[...] havia divergências [...] inclusive no Tribunal de Contas, porque não se podia gastar um centavo com a Casa Familiar Rural [...] não constava na lei orgânica do município. O SINTE foi contra, na época [...] Encaminhamos o projeto para o Conselho Estadual de Educação e uma conselheira falou que se tivesse um filho não encaminharia para esse tipo de educação [...] E houve um processo longo de amadurecimento e aprovação provisória, para que o Tribunal de Contas liberasse alguma verba [...] O projeto Casa Familiar Rural não tem dono, os donos são os agricultores (Em palestra proferida no Encontro das Casas Familiares Rurais, 2001).

Em relação ao gerenciamento das Casas em Santa Catarina, realizado pelas associações, que possuem características as mais diversas e contraditórias, cabe-nos perguntar, a partir da última frase de Toazza, se os agricultores têm noção do que significa

ser 'dono' de uma proposta como a da Casa Familiar Rural, sem as condições adequadas para isso.

Em economias dependentes como a nossa, e em sociedades em que o Estado tem desenvolvido um papel de protagonista, tanto no aspecto econômico, quanto social, a sua retirada pode ser uma estratégia aparentemente sedutora, mas que pode causar sérias complicações ou agravá-las, pois a sociedade civil não desenvolveu ainda condições de agir sem a sua tutela, principalmente no aspecto estrutural, de recursos financeiros. Assim, o que poderia ser um avanço na relação Estado e sociedade civil pode acabar se tornando um retrocesso, transformando o direito à educação da população rural em algo que ela própria deverá assumir por sua conta e risco.

Dessa forma, nasce cheia de boas intenções, porém, permeada de contradições nem sempre tão explícitas, a proposta educativa da Casa Familiar Rural em Santa Catarina.

3 AS CONTRADIÇÕES NO ENCAMINHAMENTO DE UMA PROPOSTA EDUCATIVA

3.1 As relações de parceria na implementação da Casa Familiar Rural em Santa Catarina

Em se tratando da Casa Familiar Rural, na qual a associação tem um papel importante no que se refere ao seu gerenciamento tanto pedagógico quanto administrativo/financeiro, torna-se importante analisar o papel das parcerias que estão se estabelecendo entre Estado e sociedade civil para a implementação e gerenciamento desta proposta educativa no estado. Vale ressaltar que, em nossa realidade social, essas parcerias, dependendo da forma como são encaminhadas podem vir a ser uma estratégia política muito mais de repasse à sociedade civil de funções antes executadas pelo Estado, nesse caso educacionais, do que de ampliação do espaço de participação da sociedade nas decisões sobre políticas públicas.

No que se refere à proposta da Casa Familiar Rural, segundo Pierre Gilly (2000)¹⁹, *“Não pode haver uma Casa Familiar Rural se não tiver uma associação, porque diversas atividades não podem existir sem ela. A associação dá vida a uma CFR. É porque há uma associação que a CFR é educativa,”* e essa proposta educativa e as associações *“[...] nasceram da iniciativa dos pais.”*

Portanto, a proposta da Casa Familiar Rural pressupõe uma forte organização da sociedade civil, através de suas associações.

A associação tem o papel de desenvolver atividades de responsabilidade tanto administrativas, quanto pedagógicas, ou seja, acompanhar o processo de aprendizagem do jovem na Casa e em sua propriedade.

¹⁹ Em documento produzido por Pierre Gilly, em 2000, sobre a Casa Familiar Rural, e distribuído pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário com apoio do PRONAF.

Mas, ainda, segundo Gilly (2000), *“Isso é válido só se a associação for verdadeiramente organizada, com estrutura jurídica e com autonomia total.”*

Essa forma de conceber a Casa Familiar Rural encaixa-se na realidade francesa, na qual a sociedade civil é organizada e tem uma relação de forte autonomia frente ao Estado. No caso do Brasil, nem a organização, nem a autonomia são características marcantes da sociedade civil, pelo contrário, é a dependência do Estado, que atuou como protagonista do desenvolvimento social do país, que marca a história, particularmente no período do chamado desenvolvimentismo.

Segundo Joca (2001), o que tem acontecido aqui, do que ele pôde acompanhar, é que os agricultores, por ter um nível de organização débil e um financeiro muito precário,

[...] praticamente não têm condições de manter uma escola como essas por sua conta e risco. Então essa função é compartilhada: os pais entram com a alimentação, o Estado tem ajudado nas construções, e as prefeituras entram com a contratação de monitores.

Nesse sentido, para que as associações assumam a proposta educativa da Casa Familiar Rural, tem sido uma de suas estratégias a busca de parcerias com instâncias do Estado; sobretudo, através do poder público municipal, que é o principal gerenciador dessa proposta, ou de órgãos e Secretarias de Estado. Essas parcerias são realizadas em nível local entre as associações de cada Casa e as prefeituras, ou em nível estadual, nacional e até internacional, através da ARCAFAR-Sul.

A administração das Casas Familiares Rurais em Santa Catarina fica basicamente sob responsabilidade das associações locais em parceria com o poder público municipal. O nível de organização dessas associações é que determinará o alcance dessa parceria. Além disso, as associações têm de buscar parcerias também com a iniciativa privada, através de projetos,

para dar conta dos recursos necessários para a sua manutenção, já que, só através dos recursos municipais, isso é quase impossível.

Com as políticas de descentralização estatal, os municípios vêm assumindo muitas funções, às quais não têm condições estruturais e nem recursos para atender.

No que se refere às parcerias com o poder público, o maior problema enfrentado tem sido quanto aos recursos financeiros necessários para o desenvolvimento da proposta, já que a associação não consegue bancá-la sozinha. Em documento produzido pela ARCAFAR-Sul (anexo 1) é esclarecido que, sendo a proposta

[...] de interesse das comunidades e dos agricultores/pescadores, necessariamente a Casa Familiar deve ser administrada por uma associação formada pelos pais dos jovens que frequentam a Casa Familiar[...] As instituições públicas e privadas auxiliam na administração e assumem o papel de apoiadoras ao projeto [...] No dia-a-dia [...] a administração fica por conta de um monitor diretor. As grandes linhas/deliberações são tomadas pela associação. (JOCA, 2001).

Para a administração das Casas Familiares em geral e, no caso deste trabalho, especificamente, a das rurais, as dúvidas são quanto às inúmeras responsabilidades das associações, numa tradição política e social que não propiciou a organização civil. Para os profissionais que atuam nas Casas e seus coordenadores, acaba ficando a maior parte das responsabilidades administrativas, além das pedagógicas.

As associações locais, ao assumirem compor parcerias com o Estado para a execução de políticas públicas, nesse caso educacionais, não têm garantias de que haverá a possibilidade de participação efetiva delas nas decisões e elaboração dessas políticas, já que são fracas ou inexistentes.

Quanto ao papel das entidades parceiras, consideradas pela ARCAFAR-Sul, apoiadoras do projeto, esses seriam²⁰:

- **Prefeituras municipais:** que se responsabilizam pela *cedência da infra-estrutura, móveis, equipamentos e pagamento de salários dos monitores, e recursos para suplementações diversas;*
- **Cooperativas e sindicatos:** que dão *apoio na discussão do projeto e no repasse de recursos para algumas Casas, visando à complementação de recursos;*
- **Secretaria Estadual de Educação e Desporto:** que cede *professores para a escolarização e certificação do Ensino Fundamental - Modalidade Supletiva, e material e apoio pedagógico, e faculta a participação de monitores em cursos de licenciatura - MAGISTER.*
- **Secretaria Estadual do Desenvolvimento Rural e da Agricultura e EPAGRI:** que dá *apoio ao projeto na discussão e assessoria em todas as fases, cede veículo às Casas e pessoal, principalmente no apoio ao Plano de Formação, material técnico e pedagógico, oferece acesso à participação de jovens e monitores em seus cursos/treinamentos, e assessoria na elaboração de projetos e captação de recursos em nível federal;*
- **SENAR:** que apóia o projeto, auxiliando na sua implantação, e paga o salário de alguns monitores;
- **Governo Federal:** atua na *liberação de recursos do PRONAF para aquisição de móveis (equipamentos para cinco Casas*

²⁰ Dados referentes ao documento recebido pela Secretaria de Educação do Estado - Diretoria de Ensino Supletivo, em 10 de fevereiro de 2000.

Familiares Rurais em Santa Catarina) e na liberação de recursos do MEC para a formação de Monitores.

Em entrevista, Milani (2001), afirma que “À Associação Local compete fazer as parcerias com o município, cooperativas [...] Em nível regional, estadual, nacional e internacional, entraria a ARCAFAR [...]”.

Portanto, na relação de parceria com o Estado, as maiores responsabilidades quanto aos recursos financeiros, materiais e humanos, recaem nos municípios, já que eles assumem a maior parte da infra-estrutura, e, conseqüentemente no poder de negociação que tenham as associações locais nesse nível.

Conforme são estabelecidas essas parcerias, elas correm o risco de não ultrapassar o mero acordo de *cedências* de pessoal e material. Dessa forma, limitadas ao município, as negociações com o poder público podem ocorrer de forma mais ou menos positiva de acordo com o interesse político do governo no momento, já que as associações locais ficam mais sujeitas a pressões no que se refere à ingerência política. Isso significa que, em nível municipal, sem a mediação de uma entidade que represente os interesses da população atingida com essa proposta em nível mais geral, não há a garantia de um comprometimento público mais efetivo.

As parcerias nesse sentido correm o risco de não ultrapassar um mero acordo de conveniências, principalmente para o Estado, que se vê pressionado a diminuir seu espaço de atuação pública, principalmente no que se refere às políticas sociais. Além disso, longe de serem um espaço de discussão entre Estado e sociedade civil para a elaboração de políticas públicas em âmbito local, as parcerias acabam restringindo-se à luta pela distribuição de migalhas do orçamento público, dando a falsa impressão de que a sociedade está tendo oportunidade para participar.

Quanto ao aspecto pedagógico, a maioria das associações tem seu âmbito de atuação reduzido à escolha dos temas no Plano de Formação, quando os pais são chamados a participar de uma reunião. Uma maior contribuição nesse aspecto torna-se difícil, já que, na tradição rural brasileira, ficam trabalhando na agricultura justamente aquelas pessoas que tiveram menos acesso aos estudos e porque a nossa cultura agrícola é bastante tradicional ainda. Isso não quer dizer que a experiência dos pais não deva ser valorizada, o que seria um contra-senso na pedagogia da alternância, mas ela acaba restringindo-se aos conhecimentos aprendidos com as gerações passadas.

Além disso, a proposta educativa da Casa Familiar Rural parece vir adaptando-se de forma bastante adequada às atuais políticas educacionais que enfatizam o aspecto da qualificação profissional como principal fator gerador de emprego e renda, como também fator de desenvolvimento social, reduzindo a educação a um fator econômico. O problema educacional da população rural como um direito perde em grau de publicidade já que se transforma numa questão pessoal, local.

Na França, a educação básica e pública é questão resolvida e a Casa funciona como uma alternativa profissionalizante para além da educação básica.

Em documento produzido pela ARCAFAR-Sul (anexo 1) consta: *Uma alternativa eficiente na formação de jovens agricultores/pescadores*, a Proposta da Casa Familiar Rural justifica-se pelos seguintes motivos:

- Falta formação técnica, gerencial e geral para os agricultores/pescadores;
- Em razão do empobrecimento gradativo dos pequenos agricultores pelo desconhecimento e uso incorreto dos fatores de produção;
- Contribui para a redução do êxodo rural;
- É um projeto de baixo custo se comparado com o ensino agrícola tradicional;
- Não afasta o jovem de sua realidade, família e comunidade;
- Atinge a família e a comunidade;

-A formação acontece a partir da realidade e necessita dos agricultores/pescadores.

Ainda, destina-se a jovens (moças e rapazes) do meio rural/pesqueiro, com idade acima de 14 anos, que queiram permanecer na atividade e *receber uma formação profissional e cidadã* (MILANI, 2001).

Como qualificação profissional, a proposta da Casa que se desenvolve aqui mantém uma certa coerência. No aspecto da cidadania, existem algumas dúvidas, sendo que, da forma como vem acontecendo, a educação nas Casas em Santa Catarina, inclusive no que se refere ao convênio com a Secretaria de Educação para certificação de 5ª a 8ª série, ela parece estar ocorrendo de forma aligeirada, sem que se garanta qualidade nesse processo. Educação de qualidade é um direito do cidadão e dever do Estado, já que a cidadania se dá na relação de direitos e deveres entre ambos.

Nesse sentido, para que a cidadania se efetive, é necessário que se garanta a educação como um direito efetivo para a população rural e não se deixe restringir essa questão ao âmbito local, do município, já que esse é um problema histórico e social no Brasil.

No que se refere à parceria com a Secretaria de Educação do Estado, além da certificação (de forma aligeirada), seu papel tem sido o de conduzir, junto à ARCAFAR-Sul, a formação continuada dos profissionais que atuam nas Casas, por meio dos Encontros das Casas Familiares Rurais.

Portanto, é somente no aspecto pedagógico dessa proposta educativa que se parece fixar a atuação dessas duas instituições.

3.2 O Convênio entre a ARCAFAR e a Secretaria de Educação do Estado

Conforme já referido, o Projeto Casa Familiar Rural começou a se efetivar oficialmente em Santa Catarina a partir de 1993, nas cidades de Quilombo e Caibi, oeste do estado. Naquele momento, a proposta não visava ao ensino formal, mantendo relações mais próximas com entidades ligadas a assessoria técnica à agricultura, como a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, via EPAGRI.

Em Santa Catarina, a participação da EPAGRI foi de fundamental importância para o gerenciamento e difusão da proposta educativa da Casa Familiar Rural no estado, tendo em vista, principalmente, a presença de Milani, funcionário dessa entidade e representante da ARCAFAR-Sul, como vice e atual presidente.

Além do que, faz parte dos objetivos da EPAGRI a qualificação do agricultor, de modo que ele possa vir a ter uma melhor renda e permanência na agricultura. Talvez seja esse um dos motivos do interesse e apoio dessa entidade a essa proposta.

A princípio, a Casa desenvolvia uma educação de caráter informal voltada somente à prática agrícola, de modo que contribuísse para a organização produtiva da propriedade.

Segundo Milani²¹ (2001),

[...] aí se começou a trabalhar ensino informal. Então o pessoal começou a perguntar sobre a validade formal, já que na França e Argentina tinham esse caráter, e a resposta era de que um dia iria valer [...]. Foi comprovado que o grupo era muito heterogêneo em matéria de grau de instrução, o que dificultava o trabalho na casa

²¹ Em Entrevista concedida em 2 de abril de 2001 na sede da EPAGRI, onde também funciona a sede da ARCAFAR, em São Miguel do Oeste, Santa Catarina.

(questão de leitura e escrita, cálculos matemáticos) [...]. Então se a proposta era formar um Empresário Rural, um Empreendedor Rural, um Profissional diferente, de que jeito [...]. Não sabe somar [...]. Não sabe dividir [...]. Não sabe falar [...]. Não sabe escrever, é difícil [...].(MILANI, 2001).

Em 1998, a ARCAFAR, seguindo o que já havia sido feito no Paraná no que se refere à certificação nas Casas, enviou um projeto, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, ao Conselho Estadual de Educação solicitando autorização para funcionamento de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental, na modalidade supletiva, nas Casas Familiares Rurais de Santa Catarina. O projeto foi aprovado e, em 1999, entrou em funcionamento, através de Convênio com a Secretaria de Educação do Estado, cujo objetivo era “*[...] a cooperação técnica, pedagógica, material e financeira entre a Secretaria e a ARCAFAR, com vistas a garantir a implementação do Programa das Casas Familiares Rurais e do Mar de Santa Catarina.*”

Por esse convênio, a Secretaria de Educação obrigou-se, entre outras coisas, à contratação de profissionais para o atendimento às Casas e a certificação dos jovens, via Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAS), além de oferecer material pedagógico, assessoria e capacitação permanente dos recursos humanos que atuarem nas Casas.

Segundo Milani (2001), esse processo de negociação com a Secretaria de Educação e o Conselho Estadual de Educação, para a certificação dos jovens não foi algo tão simples:

[...]. Então se começou uma série de negociações, nas quais se elaborou um projeto para as Casas Familiares Rurais individualmente e que entrou via ARCAFAR para o Conselho Estadual de Educação. De 1993/94 até 1997, isso ficou dentro da SE, porque a SE entendia que se houvesse um reconhecimento deveria ser como ensino fundamental. Em outubro de 98, o Conselho Estadual de Educação aprovou a Lei 354/98, de que as Casas poderiam funcionar, aprovadas pelo Conselho, porém em modalidade supletiva, porque o

jovem na CFR tem idade acima de 14 anos, e aí se caracteriza como educação de adultos, e não como ensino fundamental [...]. [Portanto, firmou-se] um termo aditivo ao convênio com o estado, nº 4821/1998-6, em que se estabeleceu que os CEAs serão os responsáveis pela avaliação final e certificação dos alunos das Casas Familiares Rurais.

A partir de então, a relação entre a ARCAFAR e a Secretaria de Educação torna-se efetiva e a educação na Casa é formalizada. Nesse sentido, essa parceria vem buscando adequar a proposta educativa da Casa Familiar Rural, ou seja, a pedagogia da alternância, à nossa realidade educacional. A princípio ela destinava-se somente à população rural, mas já expandiu para outras áreas, como a pesqueira e expandirá para a moveleira.

A cada uma das instituições compete uma parte no processo de ensino formal, que é feito via os professores dos Centros de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação do Estado, e de ensino técnico/profissionalizante, feito via monitores, com assessoria da ARCAFAR. Vale ressaltar, também, que foi a partir do seminário realizado na Assembléia Legislativa do Estado, em 1995²², que a proposta educativa da Casa Familiar Rural passou por um processo de expansão conseguindo um maior apoio do poder público.

Essa adaptação da proposta parece que não vem ocorrendo de forma tão simples, já que há o risco de reduzir a pedagogia da alternância a uma mera junção de conteúdos técnicos e gerais. Ao mesmo tempo, torna-se difícil, pelo menos concretamente nas Casas, integrar profissionais de diferentes áreas com objetivos e relação com a proposta da Casa também diferenciadas, até mesmo em sua relação contratual de trabalho e salário²³.

²² O Seminário sobre Casa Familiar Rural foi realizado em setembro de 1995 na Assembléia Legislativa do Estado e contou com a participação de inúmeras entidades e políticos interessados em discutir uma proposta educativa para a população rural.

²³ Os monitores são contratados pelas associações locais mediante convênio firmado com as prefeituras de cada município e os professores são, na sua maioria ACTs, ou seja, contratados em caráter temporário pelo estado via Secretaria de Educação e designados para trabalhar no Projeto CFR e do Mar, após uma avaliação da equipe que já trabalha na Casa, monitores, associação...os salários também são diferentes, inclusive entre monitores, já que dependem do tipo de parceria que a associação estabelece para esse fim.

Nesse sentido, a questão da adaptação dessa proposta à nossa realidade educacional, toma forma de um 'processo', no qual não está definido por parte das instituições gerenciadoras, pelo menos aparentemente, aonde se quer chegar: se à possibilidade de criação de uma política educacional para a população rural em Santa Catarina, que refere essa proposta educativa que já está em andamento no estado, ou a um mero acordo que durará enquanto for vantajoso para ambas as partes. Isso acaba por gerar insegurança nos sujeitos envolvidos no convênio, o que reflete na relação entre monitores e professores e causa um certo desconforto para a ARCAFAR-Sul, que preza pela autonomia e execução dessa proposta educativa.

Segundo Milani (2001), “[...] Em março de 1999 iniciou-se o processo, [...] foi em função disso que se foi buscar a educação, porque se a Casa Familiar Rural tivesse um jovem sabendo escrever, se comunicar [...] não precisaria a educação estar lá dentro.”

Partindo dessa fala de Milani, parece que a presença da Secretaria de Educação, através de seus professores, não é algo muito aceito pela ARCAFAR-Sul. A proposta da Casa Familiar Rural em Santa Catarina destinar-se-ia, às custas da redução da pedagogia da alternância, somente a uma formação/qualificação profissional? Seria possível uma educação de qualidade na Casa, sem uma sólida educação básica?

Questões à parte, a parceria entre a Secretaria de Educação do Estado e a ARCAFAR-Sul, da forma como está sendo encaminhada em Santa Catarina, parece não estar muito bem definida quanto aos seus objetivos.

A Secretaria de Educação do Estado parece empenhada em contribuir nesse processo, sendo que a proposta da Casa Familiar Rural tem alcançado um alto grau de visibilidade dentro desse órgão. Isso se deve ao fato de que pessoas de dentro da própria Secretaria tiveram envolvimento direto com a proposta, e de que a Secretaria de Educação a vem defendendo dentro da UNDIME, segundo Pierre Gilly.

Portanto, a educação, nesse sentido, passa a ter uma função compensatória, já que os alunos atendidos na Casa não tiveram acesso a educação no devido tempo, da mesma forma que ideológica, reduzindo a educação a qualificação profissional, de certa forma paliativa, já que acaba sendo reforçada pelas ações da ARCAFAR-Sul, que, ao que parece não consegue integrar as diversas associações para uma garantia na definição dessas políticas a longo prazo, que envolvem outras questões históricas, políticas e sociais.

3.2.1 O Encontro das Casas Familiares Rurais uma realização da ARCAFAR em parceria com a Secretaria de Educação do Estado

O Encontro das Casas Familiares Rurais e do Mar²⁴, realizado em Treze Tílias, nos dias 14/15 e 16 de agosto de 2001, foi bastante proveitoso para a análise dessa proposta, tendo em vista que ali se pôde colocar à prova muitas das hipóteses da pesquisa²⁵, principalmente no tocante à visão ideológica de educação com que essa proposta vem sendo encaminhada no estado.

A educação via Casa Familiar Rural é transformada na solução possível para os problemas existentes no meio rural, inclusive no que se refere ao seu desenvolvimento social. É tida como investimento em capital humano através da qualificação profissional que transformará a realidade existente e promoverá o desenvolvimento da região.

²⁴ Em Santa Catarina desenvolvem-se duas experiências de Casas Familiares do Mar, com algumas peculiaridades em relação à Rural, mas a pedagogia que as orienta é a mesma. Neste trabalho o objetivo principal é a discussão de uma proposta educativa para a população rural, especialmente a jovem, mas não há como deixar de citar as Casas do Mar, já que a experiência vem se ampliando para outras áreas e no encontro as duas estavam presentes. Além do que, já estão em andamento projetos de constituírem-se Casas Moveleira e Indígena (essa informação foi dada no Encontro das Casas Familiares Rurais e do Mar em agosto de 2001).

²⁵ Esse encontro tinha por objetivo dar continuidade aos trabalhos iniciados no encontro anterior, realizado em julho de 2000 em São Francisco do Sul, e que faz parte da proposta de formação continuada para os profissionais que vêm atuando nas Casas Familiares Rurais de Santa Catarina, professores e monitores, a partir do convênio firmado em 1998 entre a ARCAFAR e a Secretaria de Educação do Estado.

No encontro desse ano, o objetivo específico era a elaboração de um material de consulta, que viria a ser utilizado em todas as Casas, de modo a suprir as dificuldades que os profissionais que atuam nelas mesmas vêm enfrentado, no que se refere à execução da pedagogia da alternância, principalmente quanto à articulação entre conhecimentos gerais e técnicos, para a certificação de 5ª a 8ª série.

Esse material de consulta, de uso pedagógico pelos profissionais que atuam nas Casas, deveria ser uma sistematização dos conteúdos a serem trabalhados, envolvendo os temas técnicos do Plano de Formação, que faz parte da pedagogia da alternância, e o 'currículo mínimo', elaborado pela Secretaria de Educação, como uma exigência do ensino formal para a certificação dos jovens.

Esse material destinava-se, portanto, segundo Milani (2001)²⁶ a resolver uma questão que era,

Você tem hoje na CFR um monitor que é um profissional da área agrícola, da área pesqueira, que trabalha com os jovens, e você tem do outro lado um professor na área da pedagogia[...] É preciso juntar o técnico com o pedagógico[...] Em Santa Catarina, em cada CFR, o grupo de profissionais, monitores e professores estão elaborando os seus materiais, o seu material pedagógico[...].

Sobre a forma como esse processo está sendo encaminhado é o próprio Milani que esclarece:

*Pela educação já foi definida a grade curricular(sic) que não poderia ficar fora[...] Esse material vai ser uma primeira produção, até mesmo brasileira[...] se diz que tem que trabalhar o técnico e o pedagógico juntos, mas se está muito na teoria, não se tem material para isso, e se depende da boa vontade e da visão dos profissionais que estão lá no município [...].
A ARCAFAR tem um relacionamento muito bom com a Secretaria de ensino supletivo. Tem uma pessoa lá (Clarice) que é de São Francisco*

²⁶ Em entrevista concedida em 2 de abril de 2001.

do Sul, ajudou a montar a CFR de lá, e foi para a Secretaria sabendo da proposta [...].

Queremos que a meninada tenha uma escolarização, mas uma escolarização diferenciada [...].

Vale ressaltar que o objetivo desta pesquisa não se refere especificamente ao aspecto metodológico dessa proposta educativa, ou seja, à Pedagogia da Alternância em si, o que significaria um outro olhar, enfatizando outros aspectos que, embora importantes, não seria possível contemplar neste trabalho.

O objetivo é, sim, investigar o modo como a ARCAFAR vem mediando por meio das parcerias que se estabeleceram entre Estado e sociedade civil, a implementação dessa proposta educativa no estado, para que se possa garantir a viabilidade dela e a educação de qualidade a que a população rural tem direito.

As Casas Familiares Rurais dependem dos recursos das parcerias estabelecidas tanto com o poder público, quanto com a iniciativa privada, para poder aplicar de forma coerente a sua proposta educativa.

A preocupação nesse sentido é quanto à adaptação dessa proposta educativa a nossa realidade, uma vez que não há as condições de estrutura necessárias, e isso pode acabar reduzindo-a a uma simples metodologia de ensino, com uma forte concepção ideológica de educação que, para garantir sua eficiência, basta ser aplicada corretamente seguindo os passos de seus manuais. O contexto histórico, econômico e social em que a proposta da Casa Familiar Rural vai ser implantada, ao que parece, não importa aos sujeitos que conduzem esse processo.

Nesse sentido, o encontro ajuda a esclarecer a concepção de educação da ARCAFAR, através da assessoria de Pierre Gilly. Ao mesmo tempo, num segundo momento, a assessoria dos professores Antônio Munarim e Sonia Beltrame²⁷ possibilita a participação do grupo e,

²⁷ Consultores convidados pela Secretaria de Educação através de convênio entre esta entidade e a Universidade Federal de Santa Catarina.

através das falas dos sujeitos envolvidos diretamente na execução da proposta, professores e monitores, fica explícita a difícil realidade vivenciada nas Casas em Santa Catarina.

3.2.1.1 O primeiro momento do Encontro: a Pedagogia da Alternância e o Desenvolvimento da Região

Ao tratar da Pedagogia da Alternância, Pierre enfatizou que um dos princípios básicos da proposta da Casa Familiar Rural é o envolvimento da família, do jovem, para o "desenvolvimento global de uma região". Esse foi o objetivo dessa proposta na França. As famílias reuniram-se em prol de uma proposta educativa que se adequasse às suas necessidades técnicas de trabalho e, ao mesmo tempo promovesse o desenvolvimento da região onde estavam inseridas.

Nesse sentido, segundo Pierre, as famílias, ao se organizarem para montar uma Casa, devem a princípio, conhecer a realidade da região onde vivem, o que deve ser feito através de um diagnóstico. Nele devem constar questões referentes às condições sócio-econômicas, climáticas, de produção e de novos potenciais, entre outras.

O Plano de Formação da Casa deve contemplar, através do projeto individual do jovem, uma atividade produtiva que possibilite o desenvolvimento local e atenda às necessidades da região onde a Casa está inserida. Portanto, a constituição de uma Casa envolve uma planificação, um projeto em que o jovem fará a mediação constante com a família, ao mesmo tempo em que age como irradiador de mudanças na sua propriedade, comunidade e região onde vive.

O jovem, ao sair da Casa, deverá ter desenvolvido um projeto de vida, que determinará sua inserção no mercado de trabalho que, no caso do trabalhador rural, é sua propriedade²⁸. Ao mesmo tempo, o jovem estará contribuindo de alguma forma para a realização de uma atividade produtiva necessária para a sua região. Assim, contribuiria com o desenvolvimento dela.

Segundo Pierre (2001), em palestra proferida no Encontro das Casas Familiares Rurais, “[...] o trabalho da casa tem uma dimensão humana, ou seja, ajudar o jovem a crescer [...]”²⁹, mas, além do jovem, também sua família e a sua região. Portanto, é um processo que se desenvolve em cadeia, o jovem desenvolve-se; conseqüentemente, a família e, desta forma a região onde se encontram. E é a proposta educativa da Casa a grande potencializadora de todo esse processo.

Pierre ressalta, ainda, que os atores do desenvolvimento são, em primeiro lugar, a família e, em segundo lugar, as organizações, como sindicatos, associações diversas e o poder público, o qual ele considera de suma importância para a efetivação da proposta, mas há que se preservar pela sua autonomia.

Nesse aspecto, destaca a possibilidade de criar um consórcio entre vários municípios de uma mesma microregião³⁰. Quanto à ARCAFAR, ela deve priorizar o financiamento para quando o jovem sair da Casa, “[...] já que o jovem profissionalizado tem mais chance de se desenvolver [...]” como também deve priorizar a criação de um fundo para manutenção e subvenção das Casas.

²⁸ Na França há um programa de 'instalação' do jovem ao sair da Casa, de modo a garantir o desenvolvimento de seu projeto.

²⁹ No que se refere a ajudar, a ARCAFAR está conseguindo o acesso à terra para os jovens da Casa Familiar Rural, via Banco da Terra, e financiamentos junto ao governo federal, para que os jovens que frequentam as Casas possam viabilizar seus projetos de vida.

³⁰ Nesse sentido, parece que vem se efetivando a proposta da Casa Familiar Rural de Major Vieira, projeto que está sendo encaminhado juntamente com a FETAESC, com recursos do governo federal (PRONAF). A cidade de Major Vieira foi escolhida para ceder a Casa, mas o seu trabalho irá envolver e atender a toda aquela região próxima a esse município.

Enfim é um processo que se dá em parceria com várias organizações, em que *o pilar é o jovem e sua família*. Há que se esclarecer os papéis e objetivos desses parceiros, inclusive em relação às próprias parcerias.

Nesse sentido, da forma como Pierre (2001) fala, essa proposta educativa se adapta a qualquer contexto social, independentemente das relações estruturais a que esteja submetido.

Sobre o sentido de desenvolvimento, Pierre (2001) não o deixa muito claro, mas parece se referir aos vários aspectos, tanto econômicos, quanto políticos e sociais. No que se refere às responsabilidades quanto a esse desenvolvimento, recaem quase que exclusivamente no jovem e na sua família.

Outra questão refere-se à concepção de Região, já que não ficam claros os critérios para sua definição. Vale ressaltar que, no capitalismo, cada região específica sofre uma certa determinação, de acordo com os interesses econômicos que estão envolvidos.

Portanto, o desenvolvimento de uma região não se dá de forma aleatória ao movimento generalizado do mercado e da economia. Mesmo tendo peculiaridades, cada região depende uma da outra para desenvolver-se. Portanto, a questão do desenvolvimento envolve questões políticas, econômicas e sociais bem mais complexas que a vontade de efetivação de um projeto de vida de um indivíduo, nesse caso, o jovem educando da Casa Familiar Rural e sua família, e um determinado local.

Aqui se pode, juntamente com as análises feitas por Calazans (1981) sobre as propostas políticas para a Educação Rural no Brasil nos últimos 50 anos, compreender que as propostas geralmente partem de uma visão de desenvolvimento em que o rural se encontra em atraso em relação ao urbano; o chamado 'atraso rural', descontextualizando-o de todo o movimento geral da economia capitalista ao qual está subordinado.

Segundo a autora,

Desta falsa concepção decorrem como consequência natural falsas soluções em termos de proposta: educação rural. A educação rural é vista pelos formuladores como sendo um processo pedagógico que visa transformar os conhecimentos do homem do campo a fim de habilitá-lo a enfrentar as exigências das novas tecnologias e inovações do setor agrícola.

O 'atraso rural' é, também, uma concepção etnocêntrica, pois parte de valores da pessoa que julga. O 'atraso rural' não é uma etapa a ser superada, (concepção linear de evolução) mas é fruto de relações sociais específicas. Sem uma modificação dessas relações o 'atraso rural' não poderá ser superado (CALAZANS, 1981, p. 164).

E mais, “[...] *A educação rural (latu sensu) não é uma panacéia. Não possui as funções mágicas apregoadas pelos tecnocratas, transforma-se em falsa solução uma vez indicada para resolver um falso problema, o chamado 'atraso rural' (CALAZANS, 1981, p. 164).*”

Portanto, atribuir à proposta educativa da Casa Familiar Rural a possibilidade de desenvolvimento de uma região, ou seja, a transformação de uma realidade, e principalmente ao jovem essa responsabilidade, é contar com uma capacidade individual que lhe é impossível, principalmente na sociedade capitalista na qual as relações de mercado ditam as regras de desenvolvimento ou não de países e continentes inteiros, sobretudo em regiões ou setores da economia que estão diretamente subordinados a esse mercado. Podem-se criar alguns nichos de mercado, mas que sem um forte amparo político e econômico vão sendo sucumbidos pelas leis do mercado em geral.

A educação como investimento em capital humano vem ganhando força através de políticas educacionais que visam apenas à qualificação e requalificação profissional. Dessa forma, ao indivíduo cabe a responsabilidade de decidir a quantidade e qualidade do investimento em educação necessário para a sua inserção no mercado de trabalho e no processo de desenvolvimento em geral, bem como assumir o ônus, se o objetivo esperado não for atingido. A questão do desenvolvimento, nesse sentido, é um problema individual, local, do meio rural e do indivíduo que nele vive e pode ser solucionado via educação.

3.2.1.2 O segundo momento do Encontro: A realidade da Proposta Educativa da Casa Familiar Rural em Santa Catarina

Os dois últimos dias do encontro tiveram como consultores os professores da Universidade Federal de Santa Catarina, Antônio Munarim e Sonia Beltrame, e foram no sentido de uma reflexão acerca dos objetivos de uma proposta educativa como a da Casa Familiar Rural, tendo em vista suas peculiaridades: a pedagogia da alternância e o seu gerenciamento realizado pelas associações, e, principalmente, a análise sobre o modo como ela vem sendo encaminhada na prática.

Partindo do pressuposto de que somente a partir da realidade concreta das Casas é que se poderia pensar essa proposta como uma possibilidade educativa para a população rural, foram encaminhados trabalhos em grupo, com a participação dos profissionais que atuam diretamente nas Casas, para se conhecer melhor a realidade delas em Santa Catarina.

Nesse sentido, a proposta da Casa Familiar Rural só teria uma nova qualidade educativa, se os sujeitos envolvidos na sua implementação tivessem um profundo conhecimento dessa proposta e da realidade à qual se destina, para que, atuando nessa realidade, conheçam inclusive os limites para a sua transformação.

Citando a fala da professora Sonia Beltrame sobre a questão do envolvimento com a proposta da Casa, no sentido até da criação de um movimento da pedagogia da alternância aqui no Brasil, tal qual o existente na França, fica evidente que “[...] *eu me comprometo com aquilo que construo [...] não tem como uns decidirem pelos outros [...]*”.

Para tanto, a efetivação da proposta da Casa Familiar Rural em Santa Catarina depende da ação conjunta de todos os sujeitos envolvidos. Para isso, faz-se necessário ter claro os objetivos dessa proposta, além de situá-la na realidade histórica, social e educacional brasileira. Somente assim viria a atender às necessidades educacionais da população rural.

No que tange ao contexto social dessa proposta, o professor Munarim esclarece, como força de expressão, que na relação Estado e sociedade civil, a sociedade francesa *tinha o poder de guilhotinar qualquer tirano que tentasse usurpar o poder*. Isso ilustra o que é a força de uma sociedade civil organizada, a base estrutural da proposta da Casa Familiar Rural.

No Brasil, ao contrário, a história mostra uma sociedade civil fragilizada em relação às ações de um Estado forte e em grande parte autoritário. Essa questão leva a refletir sobre a transposição dessa proposta à realidade daqui.

A reflexão sobre o contexto social de origem dessa proposta educativa demonstrou que o grupo tinha necessidade de aprofundar certas questões, como por exemplo: *Como surgiu o projeto na França e no Brasil realidades sociais diferentes - (grupo 7)*; pois isso suscitaria o questionamento, qual o objetivo da proposta da Casa Familiar Rural e dentro dele qual o papel dos sujeitos nele envolvidos.

Dentre as principais questões levantadas pelos grupos, destacam-se as referentes aos profissionais, já que a integração entre eles tem sido problemática, a adaptação da pedagogia da alternância à nossa realidade educacional e a questão da relação entre as associações locais e a ARCAFAR com o poder público para o gerenciamento das Casas.

No que se refere à falta de integração entre os profissionais que atuam nas Casas, professores e monitores, ela parece ser reflexo da forma equivocada com que a pedagogia da alternância é desenvolvida aqui, ou seja, reduzindo a relação educação e trabalho, pressuposto básico da pedagogia da alternância, a uma mera junção de conteúdos técnicos e gerais.

O material produzido no Encontro das Casas Familiares Rurais, segundo seus organizadores, viria a suprir a deficiência de material pedagógico para o trabalho nas Casas, o que amenizaria também o problema de falta de integração entre os profissionais.

A proposta original francesa só prevê o monitor como o educador da Casa, e as experiências no estado de Santa Catarina começaram assim. Na França, esse profissional pode

ser de qualquer área técnica, já que passa por um processo de formação de três anos num Centro de Formação Pedagógica.

Em Santa Catarina, na maioria das Casas Familiares Rurais, os monitores são engenheiros agrônomos ou técnicos agrícolas. A presença dos professores, profissionais da educação, causou uma certa disputa por espaço em algumas Casas.

A falha na integração entre professores e monitores, segundo eles mesmos, envolve entre outras coisas, os problemas de falta de tempo, principalmente dos professores, que são contratados em regime de horas semanais e trabalham, inclusive, em outras instituições do Estado. Isso lhes impede uma maior dedicação ao projeto, sobretudo nas visitas a campo, o que acaba sobrecarregando o monitor. Além do que, a questão da contratação por instituições diferentes acaba determinando diferenciações no que se refere a cargos, salários e ao tempo de trabalho dedicado às Casas. Há também, segundo os professores, a necessidade de se investir mais no conhecimento histórico, social e político do Projeto Casa Familiar Rural e da pedagogia da alternância, de modo que possam trabalhar juntos.

No tocante ao aspecto pedagógico dessa proposta, os monitores têm assessorias periódicas por parte da ARCAFAR-Sul. Quanto aos professores, a formação sobre essa pedagogia dá-se nos encontros como esse e na troca de informações com os monitores, o que vai depender da relação entre ambos.

O próprio grupo tem consciência de que o trabalho deveria ser em conjunto,

É importante a capacitação para os dois se qualificarem, podendo, então, atuar em parceria, frente aos alunos da Casa. O Estado, representado pela SED, deveria contratar monitores, ou seja, deveriam também ser contratados pelo Estado, até para que haja uma união maior entre a área pedagógica e técnica[...] Professor e monitor devem ter a mesma função, mesmo objetivo: a formação do educando. Devem agir integrados (Grupo 4).

Sobre as questões que envolvem o convênio entre ARCAFAR e Secretaria de Educação, apareceram dúvidas quanto aos objetivos dessa parceria, parecendo não ser consenso na maioria dos grupos, principalmente no de monitores, a necessidade da presença dos professores na Casa.

Nesse sentido, valeria aprofundar a questão sobre o tipo de educação a que a Casa se destina e o seu objetivo por parte das entidades gestoras, de modo que isso pudesse contribuir na questão da identidade dos profissionais que atuam nelas, diminuindo suas diferenças e aumentando seu comprometimento.

Em relação à proposta da pedagogia da alternância e à formação dos jovens, as dúvidas de alguns foram no sentido de quais seriam os reais desejos desses jovens: trabalhar na profissão em que está sendo preparado, ou seja, na agricultura, ou essa seria uma necessidade que lhe é imposta pelas determinações sociais, sem direito de escolha?

E mais, o Projeto Casa Familiar Rural, através da pedagogia da alternância, daria conta de atender a todas as expectativas que a ele são destinadas, tendo em vista que, segundo o Grupo 2, seu objetivo é *Dar formação técnica profissional aos jovens, além da formação social e garantir a permanência do jovem em sua propriedade, dando-lhe subsídios para que possa ocorrer o crescimento em todos os setores.*

A primeira questão de que trata o grupo acima é uma das questões mais complexas da pedagogia da alternância, ou seja, aliar educação e trabalho, ensino técnico e profissionalizante e dar uma formação social geral.

Educação e trabalho são questões que se complementam, já que o homem, ao desenvolver seus meios de subsistência, produziu conhecimentos sobre a vida e, nesse sentido, a educação provém do modo como o homem produz sua existência. O problema está em se conceber educação e trabalho de forma descontextualizada, ou seja, sem considerar que historicamente o homem desenvolveu formas diferenciadas de produzir sua existência, formas

essas que determinaram inclusive o tipo de educação destinado a determinadas parcelas da população.

Portanto, de que o trabalho é um princípio educativo fundamental, não temos dúvida. Porém, há que se perguntar de que tipo de trabalho estamos falando e em que sociedade ele acontece, para que se caracterize realmente como um princípio para uma proposta educativa.

A segunda questão, que é a articulação do ensino técnico a uma formação geral, advém da primeira, ou seja, o tipo de educação destinada a uma parcela da população dependerá do lugar por ela ocupado no modo de produção dessa sociedade. Nesse sentido, se uma dada sociedade já se desenvolveu tecnologicamente a ponto de não mais necessitar de trabalhadores técnicos, no seu sentido restrito, mas de profissionais com uma formação geral ampla, polivalentes, provavelmente o sistema educacional dessa sociedade destinar-se-á a esse objetivo.

Por outro lado, se nessa mesma sociedade conviverem lado a lado o desenvolvimento e o atraso, a riqueza e a miséria, como condição de um mesmo modo de produção, o seu sistema educacional terá dificuldades em articular questões tão contraditórias e complexas como essas, sem resolver primeiro o problema que gera a contradição.

Outra questão de suma importância refere-se às associações e ao poder público como parceiro na implementação dessa proposta, portanto, à relação Estado e sociedade civil para a implementação de uma proposta educativa como a da Casa Familiar Rural.

No que se refere às associações locais, o Grupo 2 esclarece que *Precisa ser atuante, participativa. Buscar garantir a permanência dos profissionais formados (política). Buscar efetivação.* Por outro lado, há *Falta de motivação dos conselheiros. Falta de atuação[...] É preciso que haja uma coordenação que faça o trabalho de articulação dentro das associações.*

A proposta da Casa Familiar Rural prevê a participação efetiva da família no seu gerenciamento, através das associações locais, que têm como sua representante maior em nível estadual, nacional e internacional, a Associação Regional das Casas Familiares Rurais - ARCAFAR-Sul.

Porém, o que parece haver na realidade são associações fracas, com pouca participação das famílias, reflexo da constituição histórica de nossa sociedade, e que não têm condições de dar subsídio para as Casas, seja material ou financeiro, e nem apoio técnico e pedagógico. Isso acaba por acarretar aos monitores, principalmente, a responsabilidade por angariar recursos para as Casas, através de projetos ou parcerias com empresas públicas ou privadas; recursos esses nem sempre garantidos.

A pouca articulação entre a ARCAFAR-Sul e algumas Casas também é um problema enfrentado por muitas associações, tendo em vista que essa instituição se concentra, basicamente, na pessoa de seu presidente, e até mesmo por questões de distância, já que sua sede se encontra nas dependências da EPAGRI em São Miguel do Oeste, o que acaba dificultando bastante a sua mediação nas ações das associações locais de algumas Casas.

Quanto a essa questão, o Grupo 8 sugere que se deve *proporcionar um maior envolvimento dos membros do Conselho da ARCAFAR acompanhando os projetos das Casas, para que não fique nas mãos de uma só pessoa.*

A falta de mediação da ARCAFAR em âmbito local, em algumas associações, acaba enfraquecendo politicamente a proposta da Casa Familiar Rural, já que o poder de negociação da associação local fica muito restrito ao poder de barganha que possui com o poder público municipal. Essa relação, na maioria dos municípios, é marcada pelo autoritarismo e é de supor-se que teria outra qualidade, com a mediação de uma associação com o grau de representatividade que a ARCAFAR possui, já que é reconhecida internacionalmente como membro de um Movimento Internacional das Casas Familiares Rurais.

Em nível local, as associações mostram pouca organização e legitimação política. Ao negociarem diretamente com o poder público municipal, sem a mediação da ARCAFAR, acabam por sofrer ingerência política, pois, com as trocas de governo, dependem do interesse e boa vontade dos governos eleitos para dar continuidade à proposta da Casa, o que acaba transformando essa questão numa relação pessoal, de favores, e não de direitos.

Isso acaba demonstrando, também, que a relação Estado e sociedade civil no Brasil tem a marca do autoritarismo de Estado, ficando evidente tal verticalismo nas regiões onde tradicionalmente a sociedade civil tem maiores dificuldades de organização política, ou seja, nos municípios do interior do estado, onde ainda existem resquícios das relações políticas de mandonismo e coronelismo, porém com outras roupagens.

Portanto, os próprios profissionais que atuam nas Casas já sentiram a necessidade de estimular as associações a uma maior participação, através de um trabalho mais coletivo e descentralizado por parte da ARCAFAR.

Nesse sentido, a pouca participação e atuação das associações locais deve-se ao fato de nossa constituição histórica e social ser de não participação política. Além disso, deve-se considerar que as famílias, por possuírem pouco conhecimento sobre a proposta educativa da Casa Familiar Rural, sentem-se menos motivadas a colaborar e acabam transferindo a maior parte das responsabilidades para o monitor, que acaba se sobrecarregando, assumindo as questões pedagógicas e administrativas.

O Grupo 7 acrescenta que um dos papéis da ARCAFAR deveria ser o de *esclarecer o papel da associação*, mas só isso não basta; e outros dois grupos acrescentam que ela deve *trabalhar integrada com a associação*.

Ainda sobre o papel de mediação da ARCAFAR em relação às associações locais, há a necessidade de promover-se uma maior articulação entre elas para garantir-lhes um nível

mínimo de estrutura. Chegou-se a falar no tratamento diferenciado dado a algumas Casas, as quais acabam diferenciando-se entre *Casas ricas e Casas pobres* (Grupo 7).

Nesse sentido, foi quase unânime o pedido de se primar pela qualidade das Casas já existentes, em vez de se investir em novos projetos, tendo em vista o grau de precariedade em que se encontram algumas experiências. Em relação a infra-estrutura, essa questão não pode ser tratada de forma individualizada pela ARCAFAR, de modo que cada Casa acaba sendo reflexo de sua própria realidade local, ou melhor, das relações que se estabelecem apenas em nível local³¹.

E ainda, quanto à função da ARCAFAR, segundo o Grupo 1, que acaba resumindo a opinião de todos, deveria ser a de

Dar condições para o bom funcionamento da CFR e do Mar [...] Trabalhar integrado com a associação (melhoria do quadro de monitores, fazer valer o número de monitores necessários pelo número de turmas, o que não acontece) [...]; mobilizar entidades parceiras [...]; proporcionar cursos de capacitação para monitores e professores sobre a pedagogia da alternância [...]; viabilizar recursos financeiros [...]; direcionar recursos para melhorias e manutenção das CFR e CFM [...]; preocupar-se com qualidade e não quantidade, em vez de criar novas casas, investir nas que se tem [...]. Fazer visitas periódicas às Casas Familiares Rurais e Casas Familiares do Mar.

Quanto ao papel do poder público, parece ser consenso do grupo que ele deve ser parceiro na efetivação dessa proposta educativa, até porque ela não teria como se manter sem a sua intervenção.

³¹ A Casa Familiar do Mar de Laguna, chamada Vilson Pedro Kleinubing, é um exemplo disso. Ela já começou a funcionar com uma excelente estrutura física e de recursos, e isso parece que não se deveu simplesmente ao fato de sua associação local ser mais organizada do que as outras, e nem aos seus profissionais, que são tão competentes quanto os de outras Casas. Mas sim, ao interesse, e nesse caso os recursos são destinados das entidades com as quais faz parceria, que no caso de Laguna são basicamente, a Prefeitura Municipal, a Secretaria de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente, a EPAGRI e a Secretaria Estadual de Educação, 20ª CRE, através do CEJA, além do que ela se localiza no meio urbano, e acaba tendo uma boa repercussão política.

Porém, pela falta de conhecimento histórico, social e político da relação Estado e sociedade civil no Brasil, ficam as dúvidas sobre até onde caberia o seu papel, sendo que na França as Associações das Casas primam pela autonomia frente ao Estado, porém sua relação com ele é bastante distinta da brasileira.

Aqui a dúvida deve-se ao fato de que [...] *o poder público toma as rédeas, assumindo o lugar da associação, visto essa ser fraca (Grupo 6), e, além disso, O objetivo do poder público não é o campo (Grupo 6)*. Assim, a Casa acaba sendo usada pelo poder público para atender à demanda reprimida de alunos no processo educacional tradicional.

Portanto, aprofundar a discussão acerca da relação com o poder público é de fundamental importância para a definição dos papéis dos sujeitos envolvidos, ao mesmo tempo que dela depende o desenvolvimento ou não da proposta, já que aqui a associação não tem condições de assumir sozinha uma proposta como essa.

Mesmo com uma forte presença do Estado, via poder público municipal, há que se garantir o fortalecimento das associações e a sua efetiva participação nas decisões; do contrário, apenas se reproduz a mesma relação de poder autoritária.

Ficou evidente, nesse momento do encontro, que os coordenadores da Secretaria de Educação do Estado e da ACAFAR estavam somente preocupados com a questão pedagógica da Casa Familiar Rural, ou melhor, com sua adaptabilidade à realidade educacional daqui. Sua preocupação estava voltada à produção do material de uso pedagógico nas Casas, o qual Pierre já tinha pronto e nem a ARCAFAR sabia.

Foi nesse momento do encontro, ainda, quando os diretamente envolvidos nas experiências que se desenvolvem em Santa Catarina falaram sobre sua realidade, que a proposta da Casa Familiar Rural ganhou vida e, como a vida numa sociedade capitalista, mostrou-se repleta de contradições.

Portanto, a força dessa proposta está justamente na capacidade de sua Associação Regional (ARCAFAR) de agir politicamente em defesa dos interesses de uma classe que ela diz representar, mas que por outro lado ainda não se vê organizada através de suas associações locais. Fica a pergunta: os interesses de quem afinal a ARCAFAR-Sul está representando?

3.3 O papel de mediação da ARCAFAR-Sul como representante das Associações Locais das Casas Familiares Rurais de Santa Catarina: Algumas experiências

A ARCAFAR, segundo o seu atual presidente, José Milani Filho, foi criada “*para fazer frente ao crescimento das entidades no Sul, de forma que desse as coordenadas para que amanhã ou depois, não se estivesse chamando de Casa Familiar Rural algo que não tivesse nada a ver [...]*” (2001). Atualmente, já se está cogitando a criação de uma entidade em cada estado, para que sejam discutidas as questões em nível local, mantendo a do Sul como entidade maior, tendo em vista a ARCAFAR-Norte, Nordeste e Centro-oeste, serem baseadas na ARCAFAR-Sul que é a mais antiga.

Segundo Milani,

Hoje são 65 Casas Familiares Rurais nos três estados, e houve algumas diferenciações desde o tempo em que começou o processo de implantação das Casas [...] No Paraná, há Coordenadores Setoriais, devido ao repasse financeiro feito pelo governo estadual para as associações contratarem seus monitores. [...] Em Santa Catarina, essa contratação é feita pela associação da própria Casa Familiar Rural, na maioria das vezes em convênio com os municípios (2001).

Nesse sentido em Santa Catarina, ainda segundo Milani, *há uma maior responsabilidade estrutural e financeira por parte de cada associação de Casa*, e o que ocorre é ajuda entre regiões.

A ARCAFAR atua em Santa Catarina em cima de pólos homogêneos, como o litoral, alto-vale [...] através de encontros e assessoria, quando chamada (2001).

A ARCAFAR, segundo Milani é uma ONG, que não prioriza prédios, mas sim as pessoas, *[...] prioriza as famílias, prioriza o ensinamento [...].* Ela é associada a AIMFER (Associação Internacional das Maisons Familiaes Rurales), sendo que na França existem hoje cerca de 500 Maisons e mais ou menos 39 pessoas que coordenam a associação de lá, *[...] uma estruturazinha enxuta; aqui também são uma meia dúzia de pessoas que não têm por objetivo colocar a mão sobre a Casa Familiar Rural (2001.)*

Nesse sentido há que se considerar que, na França, a sociedade tem uma organização tal que pressupõe uma estrutura econômica social e política que dá garantias de desenvolvimento de uma proposta como essa. À associação caberia o papel de gerenciar a Casa e garantir que o Estado faça a sua parte, repassando recursos sem qualquer ingerência política. Quanto à representação maior das associações locais, parece ter como papel principal apenas divulgação e pesquisa sobre essa proposta educativa.

Na realidade política e social brasileira talvez coubesse à ARCAFAR uma maior representatividade política das associações locais, já que elas são fracas ou de capacidade quase inexistente.

Além disso, no que se refere ao aspecto estrutural, segundo Pierre Gilly, a França possui uma extensão territorial equivalente ao estado da Bahia, o que proporciona à associação de lá uma melhor coordenação das Casas, inclusive no que tange à sua abrangência. Ainda, na questão rural, na França a reforma agrária resolveu a contradição

entre falta de terra e latifúndios, onde a produção agrícola é baseada em alta tecnologia, e a educação básica é questão que já está resolvida pelo Estado.

Porém, no Brasil, o papel desenvolvido pela associação parece contraditório, se não é seu objetivo colocar a mão sobre as Casas. Para Milani, (2001) *[...] hoje as Casas não sobrevivem sem a ARCAFAR [...] é o ponto de referência no que se refere ao conhecimento, esclarecimento do projeto [...].*

Para montar uma Casa, segundo ele, *a ARCAFAR entra em cena discutindo com as lideranças locais [...] não é coisa de governo, não é para ninguém, é para eles [...], os agricultores.*

Além do que, em Santa Catarina, a própria comunidade, a associação, contrata os monitores, a ARCAFAR entra somente com a capacitação, que é feita em módulos. *São mais ou menos 200 horas de curso, e aí a ARCAFAR entra periodicamente reunindo em grupos as associações, os conselhos de administração e os próprios monitores; e participando diretamente da Casa no momento que é solicitada.*

No sentido de conhecer melhor como a proposta das Casas Familiares Rurais vem se desenvolvendo no estado e o papel de mediação desempenhado pela ARCAFAR para a efetivação dela, foram escolhidas as experiências de Iriniópolis, São José do Cerrito e Rio do Sul.

A análise restringe-se ao aspecto político e social na relação com o poder público municipal para a efetivação dessa proposta, de modo a comprovar as questões levantadas no Encontro das Casas Familiares, sobre os problemas enfrentados nas Casas.

3.3.1 A experiência da Casa Familiar Rural de Rio do Sul

A Casa Familiar Rural de Rio do Sul foi criada em 1996, em sistema de comodato com a Escola Agrotécnica. Segundo o atual presidente da Associação da Casa, Alcires Nazari³², o secretário de agricultura do município naquela época convidou-o a participar de uma reunião, em que estariam presentes várias entidades, sobre um projeto novo que a escola agrotécnica havia trazido para Rio do Sul.

A princípio, segundo ele, as pessoas ficaram em dúvida sobre a proposta, mas se montou uma comissão provisória, quase uma diretoria, para dar início à constituição da Casa e Alcires foi eleito presidente da associação.

O professor Stipe foi liberado pela direção da Agrotécnica para trabalhar na Casa, sendo eleito vice-presidente da associação. Com essa equipe, segundo Alcires, foram selecionados os outros profissionais: o engenheiro agrônomo Carlos e um técnico agrícola que não está mais na Casa.

A Casa Familiar Rural de Rio do Sul abrange uma região de 29 pequenos municípios, o que, segundo Carlos, seu atual coordenador, torna-se difícil o trabalho, por haver tantas culturas diversificadas, e acaba dificultando também a participação dos pais na associação, que se restringe basicamente à figura de seu presidente.

Outra questão é a dependência da Agrotécnica. Na relação de parcerias e convênios com o poder público municipal, alguns municípios alegam contribuir com a Agrotécnica. Nesse sentido, segundo Alcires,

³² Alcides Nazari tem 50 anos e possui a 4ª série primária. Nasceu e criou-se na propriedade onde vive e trabalha. Tem cinco filhos, sendo que os dois mais jovens passaram pela CFR, um já se formou, e o outro se forma agora, e querem permanecer na agricultura. Foi tesoureiro da Cravil (cooperativa), um dos primeiros associados do Sindicato Rural, presidente da associação do bairro e da União das Associações e ganhou o prêmio Produtor Modelo Estadual de 1982. Sua propriedade tem 22 hectares e sua principal fonte de renda é a produção de hortaliças e morangos orgânicos, que é modelo na região.

Aí a gente tem que explicar que a Casa está dentro da Agrotécnica por convênio mas é independente dela [...] Esse é um problema [...] Nós já fizemos seminários junto às prefeituras, secretarias de agricultura, e não está havendo o interesse, poucos prefeitos participam, precisa divulgar [...].

Para ele, quem está dando o maior apoio é a EPAGRI e o Sindicato de Trabalhadores Rurais, que tem convênio com o SENAR e está patrocinando cursos junto a Casa Familiar Rural, [...] a dificuldade é esta, recurso financeiro e apoio das lideranças políticas [...].

No que se refere à relação com a ARCAFAR-Sul, o principal mediador é Carlos, o coordenador da Casa.

Segundo Alcires,

A gente nota [...] que se a Casa não fosse dentro da agrotécnica ela teria um pouco mais de apoio, quem sabe da ARCAFAR [...] é que lá dentro não é como devia, as famílias deveriam participar mais, os alunos deveriam ajudar mais nas tarefas diárias [...] Se a gente arrumasse um local [...] e a ARCAFAR na hora que nós pedimos, e até na formação dos monitores, ela dá o apoio.

Em relação ao convênio com o Estado para certificação de 5ª a 8ª série, ele esclarece que a ARCAFAR, na pessoa do Milani, disse que faria um documento, mas pediu que cada Casa enviasse um documento próprio, para eles não dizerem que era a ARCAFAR que estava pedindo sem saber se era interesse de todas as Casas.

No que se refere às outras associações, é realizado um seminário de um dia, uma vez por ano para troca de idéias. Segundo Alcires, ele teve oportunidade de mostrar o que faz em sua propriedade.

O que se constatou na experiência de Rio do Sul são as mesmas dificuldades das outras Casas quanto ao gerenciamento e à estrutura. A associação existe apenas formalmente, pois são 29 pequenos municípios que compõem a região do Alto-vale, e torna-se bastante

complicado reunir todos numa única associação, sendo o diretor da escola, um dos monitores, a figura principal no gerenciamento. Isso acaba dificultando também o trabalho dos profissionais que precisam atuar em realidades bem distintas e com pouca articulação.

Além do que, o fato de a Casa Familiar Rural de Rio do Sul ocupar uma parte da estrutura da Escola Agrotécnica, como salas de aula, refeitório, dormitórios etc, isso, segundo seus profissionais, acaba desobrigando os pais de arcarem com as despesas e uma maior participação, como acontece nas outras Casas, ao mesmo tempo em que causa a falsa impressão de que em matéria de estrutura, está tudo muito bem.

Segundo a professora A, em uma entrevista concedida em julho de 2001:

[...] um problema sério [...] é que ela funciona aqui dentro da Agrotécnica, e as pessoas acham que nós estamos muito bem [...] e nós somos o primo pobre [...] A prefeitura de Rio do Sul era a única que repassava a verba por aluno através de convênio, mas o convênio está sendo revisto e no momento não se sabe [...] Fizemos um seminário e convidamos os novos prefeitos, mas eles não vieram porque eles sabem que se vêm eles têm que se comprometer, então nem vêm [...] E aí temos as parcerias com as Indústrias Oliveira, Pamplona, Credicrivil [...] a associação luta com dificuldades financeiras, fica na dependência da verba da Agrotécnica que muitas vezes não chega [...] os monitores estavam há dois meses e meio sem salário [...].

Na Casa Familiar de Rio do Sul foi possível vivenciar três momentos bastante importantes para a análise dessa proposta educativa. O primeiro momento refere-se às visitas realizadas nas propriedades, momento esse de suma importância na pedagogia da alternância. O segundo momento, que também se refere à pedagogia da alternância, é a elaboração do Plano de Formação com a participação da família. Por fim, o terceiro momento é referente ao convênio realizado com o Estado, a partir de 1998, quando a Secretaria de Educação, através de seus Centros de Educação de Jovens e Adultos, assume o ensino regular dentro das Casas, e, principalmente, ao que isso significa para os profissionais que lá trabalham.

O contato com a Casa Familiar de Rio do Sul começou exatamente nas visitas a campo, nas quais, juntamente com uma professora e um monitor, pode-se conhecer um pouco da realidade dos alunos da Casa.

Foram visitadas três propriedades, nas quais houve diferentes constatações. Na primeira, um dos filhos já frequentava a Casa e agora mais um filho começaria. O pai reclamava da quantidade enorme de coisas a fazer e falava da necessidade dos rapazes para ajudá-lo.

Essa propriedade era bastante organizada, apesar de modesta e sem recursos tecnológicos e de maquinário. Segundo os profissionais da Casa de Rio do Sul, nessa propriedade há uma certa dificuldade para os filhos conseguirem avançar em seus projetos, já que o pai se mostra bastante intransigente para as mudanças e pouco pode ser feito quanto a isso.

Na segunda propriedade, o clima era diferente, o aluno da Casa Familiar Rural morava com os avós na propriedade que foi comprada pelo seu padrasto. As relações pareciam ser mais democráticas, pôde-se ouvir a opinião dos três membros da família quando se tratava da propriedade, principalmente da avó que achava que eles não deviam querer fazer muitas coisas, porque não dariam conta. Aliás, essa é uma característica das pequenas propriedades, pouca mão-de-obra e, nesse caso, sem maquinário.

Na terceira propriedade, o pai parecia ser a autoridade principal, o filho pouco falava, ao contrário do anterior. Segundo o pai, não estava satisfeito com os conteúdos que estavam sendo ministrados na Casa, cilagem não lhe interessava, tinha interesse por apicultura. O monitor entrevistou e disse que eles deviam ter falado, já que o conteúdo é planejado nas reuniões, e deve ser incluído no plano de formação, esse é o objetivo.

Essa propriedade também era bastante organizada, mas o fumo era a cultura principal. Esse jovem tem mais duas irmãs adolescentes que estão querendo voltar a estudar. Foi

levantada a opção da Casa, mas o pai falou que achava que o estudo era muito fraco lá. Nisso se desencadeou uma longa conversa no sentido de defender a proposta da Casa, por parte dos seus profissionais. Há que se considerar que o jovem, nessa propriedade, também não tinha muita autonomia para executar seus projetos.

Há que se levar em conta, também, que as propriedades visitadas poderiam ser consideradas de um mesmo padrão econômico-social, pequena propriedade rural, o que é uma característica da região do Alto-vale, mas com poucos recursos tecnológicos e de maquinário.

O segundo momento vivenciado foi a reunião de pais dos novos alunos, para a elaboração do Plano de Formação. Havia poucos pais, menos de dez jovens com seus pais, para uma turma de 20, 25 jovens. Primeiramente, o diretor da Casa, o engenheiro agrônomo Carlos, passou uma fita VHS sobre a proposta da Casa Familiar Rural, e em seguida deu mais explicações sobre o trabalho da Casa. Então, foi realizada a elaboração do Plano de Formação daquela turma, de acordo com os temas sugeridos pelos pais, havia cerca de 45 temas a serem trabalhados em cada uma das alternâncias.

A maior dificuldade dos profissionais da Casa não está em trabalhar tantos temas distintos, mas sim em priorizar temas que venham a se efetivar em projetos comuns para os jovens, e aí sim a metodologia da Casa estaria contribuindo para o desenvolvimento global de uma região.

Como a Casa Familiar Rural de Rio do Sul não possui uma associação no sentido que a proposta da Casa propõe, já que não há uma participação efetiva das famílias no gerenciamento e coordenação da proposta, não há como priorizar temas que seriam de interesse da associação em prol do desenvolvimento da região. Além do que, segundo o coordenador e monitor da Casa de Rio do Sul, há uma grande dificuldade de reunir as famílias já que atende a 29 municípios e a dependência da Agrotécnica faz com que as famílias se eximam de seu papel nessa proposta. Isso faz com que a possibilidade de execução de um

projeto integrado entre os agricultores fique inviável e os temas acabem sendo voltados muito mais a interesses individuais.

Os pais saem dessas reuniões com uma expectativa enorme sobre o que podem vir a saber sobre determinadas culturas, porém o intercâmbio e a participação deles fica restrita quase somente a esses momentos.

O último aspecto vivenciado na Casa Familiar Rural de Rio do Sul foi o da relação entre professores e monitores na construção de uma proposta educativa como a da Casa Familiar Rural. O grupo de trabalho da Casa de Rio do Sul conta com profissionais bastante experientes, sendo que algumas professoras já são aposentadas pelo Estado, mas voltaram a trabalhar. E como elas mesmas diziam, numa proposta na qual a gente possa fazer aquilo que sempre quis, aliar teoria e prática.

Apesar da precariedade das condições de trabalho e das dificuldades iniciais no que se refere a sua aceitação neste projeto, elas se sentem bastante satisfeitas com os avanços que têm conseguido realizar.

Segundo a professora B³³,

O grupo de professores humanizou o ambiente, bem como o organizou metodologicamente, tanto que a CFR de Rio do Sul é a mais adiantada no que se refere à organização de uma 'grade curricular', ou melhor, plano de formação articulado com os conhecimentos gerais [...] esse material está exposto na sala, de acordo com cada turma [...]. E como parece que tudo está um caos em relação à educação [...] mundo [...] era uma forma de contribuir [...]. Ver as mudanças acontecendo tanto nos jovens, quanto nas propriedades, quanto na própria CFR, já que nós pressionamos a direção da Agrotécnica para liberar recursos... Enfim, é uma alternativa.

³³ Em entrevista concedida em 2001.

Mas nem sempre foi assim, como conta a professora A, ao relembrar o início do convênio com o Estado, via Secretaria de Educação:

E quando chegamos estava um caos, tanto de estrutura para se trabalhar, quanto de organização do trabalho, eram muitos homens, todos vindo de áreas bastante técnicas, faltava o feminino até mesmo para os jovens [...] para se parecer com uma casa, onde tem mãe, irmãs [...]. Tanto que para o diretor da Agrotécnica, tudo ali são as profe [...]. E nós começamos a pedir as coisas e ele a atender [...]. Isso gerou um certo conflito dentro da casa, e foi um longo processo para se adaptar.

Como já foi falado, o quadro de professores da Casa de Rio do Sul parece encontrar-se numa situação de vantagem em relação às outras Casas, pois se encontram num momento de sua vida profissional em que ousar parece não requerer tantos riscos e sacrifícios.

3.3.2 A experiência da Casa Familiar Rural de São José do Cerrito

A Casa Familiar Rural de São José do Cerrito começou a funcionar com sua primeira turma em 1996, mas as discussões em torno de sua constituição tiveram início bem antes, em 1994.

Nesse momento, segundo Natal³⁴, assessor do Centro Vianei de Educação Popular, uma ONG que esteve presente desde o início das discussões, havia um processo de discussão em torno do Plano de Desenvolvimento do Município. Dentro disso, surgiu a possibilidade de se fazer um Curso de Educação Popular, reunindo várias comunidades, em que um dos temas trabalhados foi educação. A ARCAFAR-Sul foi chamada para falar sobre a proposta da Casa Familiar Rural.

Nesse tipo de curso, sempre se faziam algumas amarrações no final e o primeiro passo a ser feito era o diagnóstico a partir do interesse dos agricultores.

A princípio, estavam presentes nas discussões acerca da proposta da Casa Familiar Rural várias organizações da sociedade civil, entre elas o Sindicato de Trabalhadores Rurais, o Movimento de Mulheres Agricultoras, o Centro Vianei de Educação Popular, a igreja, através da Congregação das Irmãs Franciscanas do Apostolado Paroquial, e a Associação de Pequenos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio dos Pinhais.

O poder público, através da prefeitura municipal, não havia assumido ainda a proposta da Casa, mas bancou o deslocamento de um grupo de pessoas para conhecer as experiências em desenvolvimento. Esse grupo contou com a presença de um representante da prefeitura.

Uma das Casas visitadas foi a de Quilombo. Mas para Natal, essa experiência tem uma outra referência e não pode ser comparada com a Casa do Cerrito, já que lá a infraestrutura foi bancada pelo poder público municipal. Na Casa do Cerrito, essa questão foi bem mais complicada. A relação com o poder público foi "*sempre tensa*", segundo ele, e a comunidade, bastante empobrecida, não tinha como desenvolver essa proposta sozinha. *O poder público não tinha interesse [...] aqui o prefeito foi pressionado pela sociedade civil a fazer [...].*

Na volta da viagem, o pessoal mobilizou-se para discutir como conseguir a infraestrutura básica. Houve dúvidas quanto à localização da Casa: no Salto dos Marianos, comunidade do presidente do sindicato, e onde se localiza a escola agrícola, ou em Santo Antônio dos Pinhais, onde atualmente se encontra.

Também foi discutida a base tecnológica a ser desenvolvida, cuja opção foi pela agroecologia. Foi realizado, ainda, um seminário municipal que contou com a presença da

³⁴ Natal Magananti, assessor do Centro Vianei de Educação Popular, de Lages, em entrevista concedida em 19 de abril de 2002 na Casa Familiar Rural do Cerrito, sobre a constituição dessa experiência.

ARCAFAR-Sul, na pessoa do Milani, o qual trouxe também, para falar de sua experiência, o presidente da associação, um monitor e um aluno da Casa Familiar Rural de Erval Velho.

Segundo a atual presidente da associação, Inês, o início foi bem difícil, *[...] os pais, agricultores [...] queriam, mas não tinham condições de bancar [...]*.

A contraparte da prefeitura nesse início foi a reforma das instalações onde se encontrava a Casa, ou seja, do salão de festas da Igreja da Comunidade de Santo Antônio dos Pinhais.

Nesse sentido, as condições da Casa do Cerrito são realmente bastante precárias em comparação com Iriniópolis e Rio do Sul, que também são simples³⁵. Segundo Maria, monitora e coordenadora da Casa, eram bem piores no início.

Na primeira aula realizada, na qual Natal estava presente, ele relata que a caçamba da prefeitura literalmente deixou as carteiras na frente da Casa. O restante dos materiais básicos, como colchões, talheres, panelas, vieram do Vianeí, como doação. *[...] A Secretaria de Educação deu algumas coisas [...] foi muito complicado do ponto de vista de estrutura...*

Atualmente, a relação da Casa com a prefeitura é diferente. O prefeito é o mesmo daquela época e, hoje, segundo Natal, parece ter visualizado a importância dessa proposta educativa. A prefeitura investe cerca de três a quatro mil reais mensais na Casa do Cerrito, o que é um investimento relativamente alto para as condições do município.

Além do que, um dos motivos da difícil relação entre a Casa e a prefeitura, a princípio, devia-se ao fato da forte presença do Vianeí, que causava uma certa desconfiança

³⁵ A casa encontra-se ao lado de uma igreja, num espaço a ela cedido e o qual funciona também como salão de festas. Maria mostrou as marcas nas paredes, resquícios das mudanças feitas para as festas no salão, e que parecem não resistir a muitas mais. Aqui vale ressaltar também que a própria Região Serrana, onde o município do Cerrito localiza-se, é caracterizada como uma região bastante pobre. Os banheiros, tanto masculinos, quanto os femininos e o dos monitores, ainda estão inacabados, mesmo porque foram conseguidos através de doações, o que nem sempre é suficiente. Maria comenta que há a possibilidade de construção de um novo prédio, só para o funcionamento da Casa, como também está esperando o resultado de um projeto enviado ao Banco do Brasil, o qual possibilitaria outros avanços, não só estrutural, mas para a compra de maquinário para a associação.

ao poder público, já que incentivava a mobilização e organização civil através da ação popular. Segundo Inês, [...] *por questão política [...]* .

Quanto à associação, houve dificuldades para montar a diretoria, mas, para Natal, *Eu acho que das Casas em que eu fui, que eu visitei, é a Casa mais dos pais e dos alunos que eu conheço [...] era uma proposta ousada para época e não tinha as condições materiais, mesmo assim foi vanguarda.*

Vale ressaltar, que a Associação da Casa Familiar do Cerrito tem um projeto comum de comercialização do feijão ecológico. Já possuindo uma marca própria, Produtos da Colônia, e a máquina para embalagem do produto. Estava faltando-lhe apenas a máquina de polir as sementes, a qual está sendo obtida em negociação com o sindicato, para que haja uma parceria na troca de maquinário.

A associação não tem condições de executar seus projetos se ficar restrita aos recursos do poder público municipal, que se destinam muito mais a repasses para pagamento dos profissionais que atuam na Casa, e aos próprios pais que não têm condições financeiras de contribuir para além da alimentação.

Nesse sentido, mantém parcerias com diversas entidades. Entre elas a ECOSERRA, uma cooperativa da Região, que se encarrega de fazer a comercialização dos seus produtos, principalmente o feijão, sem custos para a associação. Outra importante parceria é com a CREDI, cooperativa de crédito de agricultores, que contribui na assessoria e financiamento de crédito para a associação.

A associação, através da Maria, vai em busca de recursos por meio de projetos, tanto públicos, quanto privados e teve um de seus projetos aprovados pela Fundação Maurício Sirotski Sobrinho.

No que se refere à relação com a ARCAFAR-Sul, dá-se basicamente nas reuniões e encontros freqüentados por Maria, o que parece restringir a coordenação apenas ao aspecto metodológico da pedagogia da alternância.

Sobre o que a ARCAFAR-Sul já fez pela Associação do Cerrito, a atual presidente relata, [...] *acho que até hoje, que eu sei [...] nada.*

Para Natal, do que sabe dessa relação é que parece se referir somente aos Cursos por ela organizados. Segundo ele, [...] *A casa do Cerrito sempre foi o patinho feio para a ARCAFAR [...] eu vejo assim [...] não foram eles que apostaram no processo, não tinha nenhuma prefeitura envolvida, a EPAGRI não estava envolvida [...] as instituições do poder público foram tomadas de assalto.*

Até mesmo nos projetos que a ARCAFAR-Sul negocia, para Natal, a Casa do Cerrito [...] *quase não é contemplada.* Nesse caso, segundo Maria, a primeira turma formada não teve a possibilidade de receber certificação de 5ª a 8ª série, porque a ARCAFAR-Sul não incluiu a Casa do Cerrito no projeto de reconhecimento enviado à Secretaria de Educação, em 1998.

Sobre os profissionais envolvidos, Maria é a grande articuladora, engenheira agrônoma, entrou de cabeça e acabou apaixonando-se pela proposta da Casa Familiar Rural. Como ela mesma comenta, o que, a princípio, parecia uma loucura por causa de tão pouca estrutura.

Sem o apoio do executivo municipal anterior, como também da ARCAFAR-Sul, as coisas eram ainda mais difíceis, mesmo assim, já formou uma turma. Através das parcerias realizadas com o poder público municipal, órgãos do estado como a Secretaria de Educação, ONGs, cooperativas, sindicatos de trabalhadores rurais, entre outros, tem conseguido maior apoio.

O quadro de profissionais da Casa conta ainda com uma professora niveladora e um técnico agrícola contratados pelo município, e que contribuem em muito com Maria, já que

ela precisa se dedicar também na elaboração de projetos para conseguir recursos para a Casa. Fazem parte ainda da equipe de profissionais da Casa, os professores do CEJA.

A Casa Familiar Rural de São José do Cerrito está funcionando atualmente com duas turmas. A turma do segundo ano possui 12 rapazes e uma garota, e a média de idade é entre 12, 13 anos, e a turma do primeiro ano tem 13 rapazes e cinco garotas.

Quanto ao número e idade dos alunos, esse é um sério problema que a Casa do Cerrito vem enfrentando. A Secretaria de Educação do Estado só admite a certificação para alunos com idade superior a 14 anos, e a falta de alunos para futuras turmas se deve ao fato de que a prefeitura vem investindo na Escola Itinerante para o meio rural, que acaba concorrendo com a proposta da Casa Familiar Rural.

Segundo Maria, isso se deve muito mais à questão política, já que o atual governo municipal queria colocar uma placa na Casa como se fosse obra sua, e a associação não aceitou. Nesse sentido, para manter a autonomia sem uma ligação político-partidária, começa-se a perder o apoio do poder público e de onde vêm os boicotes ao projeto, com a criação de outros projetos afins.

Por outro lado, isso reflete um sério problema enfrentado nas Casas em geral, e na do Cerrito em específico, quanto à demanda. A proposta da Casa deveria se inserir em uma discussão mais ampla sobre o aspecto educacional do município.

Numa visita realizada à Casa do Cerrito houve a possibilidade de se conhecer a turma do segundo ano, cujos jovens contaram um pouco sobre suas expectativas quanto à proposta da Casa, tanto no que se refere à possibilidade de conclusão do 1º grau, como à aplicação da proposta agroecológica na propriedade.

As culturas mais produzidas na região são as do milho e feijão, principalmente o feijão, sendo que a região já foi o maior produtor do Sul do país. Os jovens comentaram sobre a dificuldade de convencerem os pais a produzir sem agrotóxicos e adubos químicos. Em

alguns casos, os pais cederam um pedaço de terra para que eles fizessem o experimento. Alguns alunos que fizeram o plantio do feijão tiveram uma produtividade igual ou maior que a dos pais, mas saíram ganhando mesmo assim, nos custos da produção.

O baixo índice no uso de insumos comprados acaba diminuindo bastante os custos da produção. Maria comenta ainda que o objetivo é aumentar a renda anual das famílias e que, na cultura tradicional, o preço dos produtos varia muito na hora da venda, mas os produtos agroecológicos mantêm uma média.

Os jovens comentaram também sobre a produção de outras culturas, como verduras e hortaliças. Maria comentou que a cultura da região não é de se alimentar desses produtos, mas eles têm aprendido sobre essa necessidade.

Um jovem em específico, comentou que já conheceu a realidade da cidade, e que é tão difícil quanto a rural, e que não pretende mais sair da lavoura. Comentou também que estão aprendendo a se expressar de igual para igual com as pessoas, sem pensar em ter de ficar escolhendo palavras bonitas para falar.

Essa turma parecia bastante empolgada com os resultados que estavam alcançando em suas propriedades, e com os trabalhos realizados pela associação na produção do seu feijão agroecológico.

Na relação com a família, a estratégia utilizada pelos jovens, como foi citado anteriormente, era ir experimentando e mostrando na prática a validade de se estabelecer uma outra forma de organizar a produção, tendo como base tecnológica a agroecologia.

Se a proposta da Casa do Cerrito pode ser considerada vanguarda nesse sentido, na relação com o poder público ela parece reproduzir a mesma dependência de um Estado autoritário, mais interessado em resultados políticos eleitoreiros do que na possibilidade de a sociedade civil gerir com seu apoio uma proposta educativa do seu interesse.

3.3.3 A experiência da Casa Familiar Rural de Iriniópolis

A Casa Familiar Rural de Iriniópolis teve início em julho de 1999 e sua primeira turma estará se formando em julho deste ano. Porém, as discussões sobre sua constituição iniciaram-se, segundo o atual presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais - STR de Iriniópolis, Vitorio Appel, no governo municipal do prefeito João Cubas, há três mandatos.

Segundo ele, [...] ficou na pintura uns dois ou três anos antes de ser instalada.. foi feita uma reunião com uns instrutores que mostravam como funcionava [...] teve muito interesse por parte dos agricultores [...] parece que foi esquecido, que nem ia sair [...] foi prometido e não saiu [...].

Em documento enviado à EPAGRI, em abril de 1996, sobre a expansão das Casas no estado, havia a previsão do processo de abertura dessa Casa em 1996.

A Casa Familiar Rural de Iriniópolis, segundo um de seus coordenadores, Vanir³⁶, que foi trabalhar na Casa no início de 2001, estava muito abandonada, *[...] as coisas estavam muito erradinhas mesmo [...]*, por esse motivo, inclusive, ela foi convidada pela atual prefeita para trabalhar na mesma.

*Segundo ela, [...] foi uma luta da administração anterior, Seu Oscar, junto com a Joana e o pessoal do CEJA, em buscar uma ação para Iriniópolis, já que o município é essencialmente agrícola [...] para então qualificar esses filhos de agricultores [...]*³⁷.

Segundo Vanir, nesse mesmo sentido de abandono e de dúvidas quanto ao trabalho a ser desenvolvido na Casa, pareciam se estar encaminhando os trabalhos da associação, tendo

³⁶ Vanir foi extensionista da ACARESC, atual EPAGRI, e quando saiu da instituição se efetivou-se no estado como professora de 1ª a 4ª série. Sua experiência como extensionista facilitava seu conhecimento quanto à questão agrícola, sendo que desenvolveu um projeto para trabalhar o solo de forma interdisciplinar, o qual foi escolhido em 2000 para ser exibido pela TV Escola, motivo pelo qual a prefeita lhe convidou a ajudar na coordenação da Casa Familiar Rural de Iriniópolis.

³⁷ Oscar era o prefeito de Iriniópolis na gestão anterior à atual e Joana a Secretária de Educação. Mas como foi

em vista que se montou uma diretoria provisória em substituição à anterior. A associação tinha muitas dívidas, tanto que os funcionários da Casa, o monitor e a cozinheira ficaram sem salário por mais ou menos seis meses.

A forma como se vinham encaminhando os trabalhos na Casa envolvia também a questão da renovação do convênio com a prefeitura, sendo que os vereadores não queriam renová-lo por não acreditarem no trabalho ali desenvolvido até então. Isso levou, inclusive, o antigo monitor a pedir demissão. Segundo Vanir, *ele [...] foi muito pressionado, o trabalho também não ia bem [...] e os vereadores não queriam assinar o convênio.*

Vanir ficou trabalhando sozinho na Casa por três meses, até que em junho foi contratado o novo monitor. O caso da demissão do antigo monitor da Casa de Iriniópolis chegou ao conhecimento da ARCAFAR-Sul, que delegou a responsabilidade de resolver essa questão para associação local, que arcava bastante desmobilizada.

Na versão de algumas pessoas que estavam vindo de fora, essa questão parecia se caracterizar mais por ingerência política, já que havia divergências político-partidárias entre o monitor e o novo governo municipal que assumia.

O presidente do STR de Iriniópolis, sobre a participação do sindicato na Associação da Casa, esclarece que *[...] o antigo monitor tinha um bom relacionamento com o sindicato, participava das reuniões, e o atual quase não aparece para conversar sobre os assuntos relacionados a Casa.* Essas questões podem vir a explicar a falta de apoio político e financeiro que a Casa vinha sofrendo até então.

Entre tantas mudanças que foram ocorrendo na Casa Familiar Rural de Iriniópolis no ano de 2001, houve a troca da diretoria da associação e a instituição de uma diretoria provisória, cujo presidente é o Secretário de Agricultura do município, e um dos tesoureiros é

citado anteriormente pelo atual presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Iriniópolis, as discussões sobre a Casa Familiar Rural já haviam começado antes mesmo da gestão do prefeito Oscar.

o Secretário de Educação, algo que parece ter facilitado bastante as negociações com o poder público municipal.

No final desse mesmo ano foi realizada uma reunião com a ARCAFAR-Sul que, segundo Vanir, acabou

[...] esclarecendo bem aos professores, aos monitores e aos pais [que] não há necessidade de ficar chamando [...] e acho que não há necessidade de estar aí a cada minuto, tirando as pessoas do serviço para falar a mesma coisa [...] quando os pais são chamados eles vêm [...] não se quer ficar tirando eles a cada momento.

Nesse sentido, a participação dos pais na associação parece se limitar a uma definição pronta, determinada pela ARCAFAR-Sul, que a resume em emitir sua opinião somente quando solicitados a fazê-lo³⁸. Fica evidente, assim, a forma equivocada com que a proposta educativa da Casa Familiar Rural vem sendo desenvolvida, deixando para segundo plano um de seus objetivos iniciais, ou seja, a participação da sociedade civil, ao mesmo tempo que o Estado, representado através de algumas pessoas, acaba reproduzindo o seu papel dominante.

No que se refere ainda à questão da associação, o atual tesoureiro esclarece que hoje a participação é maior em relação à que já houve, tendo em vista que, a princípio, os pais achavam que a proposta da Casa era igual à de uma escola (no que se refere aos direitos). Isso acaba refletindo que a proposta não foi bem discutida com a comunidade, além do que, ali funcionava uma escola municipal, antes da nucleação³⁹. Há que se perguntar também o que se compreende por participação.

³⁸ Inclusive no que se refere aos jovens, sendo que a sua dificuldade de se expressar, questão que tem por trás inúmeros fatores, faz com que se pergunte sobre o tipo de participação que lhes é desejado ou atribuído na associação.

³⁹ Algo a se levar em conta é a distância da cidade de Iriniópolis, sendo a Casa próxima ao centro urbano, considerando-se que é um município pequeno e o acesso, na sua maior parte, é por estrada asfaltada. Mas isso não quer dizer que no interior do município a realidade seja a mesma, pois o transporte coletivo e a comunicação ainda são precários.

Sobre a questão financeira, ele esclarece como tesoureiro da associação, que as dívidas foram saldadas e que o município tem priorizado a questão da agroindústria e da agricultura familiar, com uma boa articulação entre a Secretaria de Agricultura e de Educação. Ainda [...] *esse processo de mudar a realidade dentro da agricultura é muito lento, e a gente só vai sentir isso daqui a alguns anos.*

Com a ARCAFAR-Sul, segundo os entrevistados, a relação é boa, sendo que está com vários projetos para a estruturação das Casas e para os jovens, nos quais se insere o Banco da Terra. Outra questão refere-se ao acesso a financiamentos bancários, sendo que os jovens que irão se formar nessa primeira turma já poderão utilizá-los. Daí a necessidade, segundo Vanir, de ajudar os jovens na elaboração desses projetos, que têm de ser pequenos, tendo em vista a infra-estrutura de suas propriedades, para que possam ser concretizados; [...] *para eles saírem daqui com alguma coisa que dê dinheiro em cima do que aprenderam, só que têm que estar com os pés no chão, eles não podem emprestar o dinheiro do banco e fazer uma coisa que não dê.*

Em relação ao aspecto pedagógico da Casa Familiar de Iriniópolis, há, na fala de Vanir, a mesma questão evidenciada na fala das professoras da Casa de Rio do Sul, onde faltava o aspecto feminino e quanto ao isolamento da Casa e dos próprios jovens. Segundo ela, tudo estava meio largado, os meninos estavam desanimados, [...] *nós ficamos meio isolados do mundo.* Apesar disso, com sua experiência em direção de escola, tem procurado movimentar os meninos, como são chamados por ela.

Uma questão que pode diferenciar essa Casa das outras, e até da proposta da Casa Familiar Rural, é que ela possui áreas experimentais como horta, viveiro de mudas, criação de coelhos etc, que servem para a alimentação dos jovens. Isso talvez seja para demonstrar a sua aplicabilidade diante dos maus momentos pelos quais a Casa passou, mas que a distingue da

proposta original, em que isso não é necessário, já que da propriedade do jovem é que vêm as necessidades de conhecimento na Casa e seu campo de experimentação.

Quanto ao convênio com o Estado para o ensino de 5ª a 8ª série, ela considera as aulas boas, se os alunos tiverem interesse em aproveitá-las. Alguns alunos da turma que se forma este ano têm interesse em continuar os estudos, porém a Casa ainda não tem estrutura para isso. Possui apenas uma cozinha, uma sala de aula onde funciona também a sua coordenação, e há um computador, e uma outra sala onde é o dormitório e localizam-se os banheiros.

No que se refere à infra-estrutura, a sua precariedade acaba inviabilizando inclusive o contato com as outras Casas, já que não possui telefone e internet, entre outros. A troca com as outras Casas ocorre somente nos encontros ou reuniões promovidos pela ARCAFAR-Sul. Além disso, a melhoria, nessa questão, inclusive na aquisição de um carro para a Casa, possibilitaria aos jovens, segundo Vanir, o acesso ao lazer, já que não participaram dos jogos entre as Casas, realizado em Quilombo, pois não tinham como pagar o transporte.

Portanto, a Casa Familiar Rural de Iriniópolis foi e vai constituindo-se dessa forma no meio rural catarinense, apresentando características comuns às outras experiências, ao mesmo tempo em que vai se adaptando à realidade política e social do local onde se insere.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou demonstrar como vem se constituindo em Santa Catarina a Proposta Educativa da Casa Familiar Rural, mediada pela ação da ARCAFAR-Sul na relação de parcerias estabelecidas entre Estado e sociedade civil, de modo a garantir-se a educação a que a população rural tem direito, tendo em vista, principalmente, essa proposta educativa ter origem numa realidade social totalmente distinta da nossa.

Nesse sentido, o problema está na transposição direta de uma proposta como essa, já que envolve a organização da sociedade civil através das associações no seu gerenciamento, sem levar em conta o contexto histórico e social diferenciado.

Na França, essa proposta nasce da organização da sociedade civil, através do interesse das famílias em proporcionar para seus filhos uma educação que fosse ao encontro de suas necessidades técnicas e sociais de trabalho. Aqui ela se desenvolveu através do interesse e das parcerias realizadas entre diferentes sujeitos sociais, ONGs e órgãos estatais, como forma de suprir uma lacuna existente no que se refere a propostas de educação pública para a população do meio rural catarinense.

No decorrer do desenvolvimento dessa proposta no estado e, principalmente, com a criação da ARCAFAR-Sul, é que parece que o processo de discussão em torno de uma proposta educativa para a população rural se dá por realizado. A proposta da Casa Familiar Rural passa a ser tomada como a solução eficiente para os problemas tanto educacionais, quanto sociais da população rural. Nesse momento, parece que há uma despolitização da questão educacional, já que ela deixa de ser uma questão política que envolve relações históricas, econômicas e sociais, e passa a ser meramente pedagógica, reduzida ao aspecto metodológico de uma proposta educativa.

O que se observou na pesquisa realizada é que, desde o princípio, a proposta da Casa Familiar Rural vai se desenvolvendo em Santa Catarina permeada de contradições, principalmente no que se refere à forma como está sendo encaminhada pelas suas entidades gestoras. Como parte inerente das relações sociais da sociedade capitalista, as contradições precisam ser explicitadas para que possam imprimir um sentido novo ao modo como esse processo está se desenvolvendo.

Fica evidenciado, também, que a proposta da Casa Familiar Rural em sua origem, tem uma rápida difusão na sociedade francesa, sendo que em pouco mais de 10 anos já havia 120 Mesons Familiaes Rurales na França, já que, segundo Silva (2000), isso se deve ao fato de que havia entre aquelas famílias uma “cultura comunitária” proveniente de um Movimento Cristão, do Sillon, que defendia a democracia como condição do progresso social, o que possibilitou o engajamento militante das famílias.

No nosso caso, os reflexos de uma sociedade dependente de um Estado com uma cultura autoritária, faz com que seja necessário um grande esforço das Associações Locais e da ARCAFAR-Sul, para que as famílias realmente participem e possam criar um movimento que assuma a pedagogia da alternância como sua proposta educativa. E esse é um dos principais problemas no que se refere ao desenvolvimento dessa proposta em sociedades como a nossa. As Associações Locais são fracas ou inexistentes e a mediação da ARCAFAR-Sul parece ter se restringido apenas ao aspecto metodológico dessa proposta educativa.

Para que propostas como a da Casa Familiar não se restrinjam a políticas de governo, e se transformem em políticas públicas, faz-se necessária uma forte organização da sociedade civil, que em nossa sociedade precisa ser mediada por uma entidade que tenha uma forte representatividade política e social e que represente realmente os interesses dos sujeitos aos quais representa.

Nesse sentido, o que parece estar acontecendo é que a ARCAFAR, da forma como está encaminhando essa proposta educativa baseada na pedagogia da alternância em Santa Catarina, através da mediação que exerce na relação com o Estado, através da Secretaria de Educação e prefeituras, e com as Associações Locais das Casas, faz com que a experiência histórica da Casa Familiar Rural, em sua origem, transforme-se aqui no Sul numa experiência inócua, já que a sua transposição direta sem observar as diferenças no contexto é um erro histórico e político.

Isso ocorre, primeiro, porque as associações locais são fracas ou inexistentes, têm um papel meramente formal na maioria das Casas; em segundo lugar, não parece ser objetivo da ARCAFAR-Sul fortalecer politicamente as associações locais, conseqüentemente a sociedade civil; e finalmente, porque ela mesma parece representar muito mais as políticas de um órgão de Estado que defende a qualificação do trabalhador rural como condição de sua permanência no campo, do que como uma entidade organizada da sociedade civil, sendo incapaz de promover o enfrentamento político com o Estado no estabelecimento de políticas públicas para a classe a qual representa.

O que fica de tudo isso, é que a forma como essa proposta está sendo encaminhada precisa ser revista, principalmente em relação ao seu gerenciamento por parte das associações através de parcerias com o poder público, tendo em vista as inúmeras possibilidades que isso pode acarretar, inclusive no que se refere à constituição de espaços de efetiva participação da sociedade civil no gerenciamento de políticas públicas, em que a proposta educativa da Casa Familiar Rural possa ser referendada.

Como uma proposta educativa, a Casa Familiar Rural oferece inúmeras possibilidades, mas só se efetivará mediante a ação mobilizada da sociedade civil e de uma entidade com a representatividade da ARCAFAR-Sul assumindo o papel de garantir a implementação de uma

proposta educativa que contemple as reais necessidades educacionais e sociais da população rural catarinense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *SEMINÁRIO SOBRE CASA FAMILIAR RURAL*. 1995. (mimeografado)

BONAMINO, A. et al. Educação - Trabalho: Revisão da literatura brasileira das últimas duas décadas. *Cad. Pesq.*, São Paulo, n.84, p.50-62, fev. 1993.

CALAZANS, J. (Org.). Trabalho Rural e Alternativa Metodológica de Educação: Dimensionamento de necessidades e oportunidades de formação profissional. Rio de Janeiro, agosto, 1981.

CASSASSUS, J. *Tarefas da Educação*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1995.

CURY, Carlos Jamil. *Educação e contradição*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ESTADO DE SANTA CATARINA, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. DIRETORIA DO ENSINO SUPLETIVO. GERÊNCIA DE AÇÕES PEDAGÓGICAS. Casas Familiares Rurais. (mimeografado)

FRIGOTTO, G. *A produtividade da Escola Improdutiva*. Porto Alegre. RS.: Sulina, 1989.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2000.

HENTZ, P. *A questão da educação rural: O projeto Escola Rural de São Miguel do Oeste (PERASMO)*. 1994. Dissertação (Mestrado) - UFSC. Florianópolis, SC, 1994.

LEHER, R. *Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para alívio da pobreza*. 1998. Tese (Doutorado) - USP, São Paulo, 1998.

MUNARIM, A. *Parceria: uma faca de muitos gumes*. In.: ALFABETIZAÇÃO e Cidadania. nº 5 Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil. (RAAB) São Paulo, julho, 1997. p. 11.

_____. *Educação e Esfera Pública na Serra Catarinense: A experiência política do Plano Regional de Educação*. Florianópolis, NUP/UFSC, 2000.

OLIVEIRA, F. *Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal*. In: *OS SENTIDOS da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SILVA, L. H. *As experiências brasileiras de alternância pedagógica na formação de jovens do campo: origens, evolução e perspectivas*. 2000. Tese (Doutorado) - UFMG, Belo Horizonte, 2000. (mimeografado).

ANEXO



**Associação Regional das
Casas Familiares Rurais
ARCAFAR**

CASA FAMILIAR RURAL

**UMA ALTERNATIVA EFICIENTE NA FORMAÇÃO DOS
JOVENS AGRICULTORES/PESCADORES**

**Engº Agrº/Epagri - José Milani Filho
Presidente da Ass. Reg. das Casas Familiares
São Miguel do Oeste - SC**



Associação Regional das Casas Familiares Rurais ARCAFAR

CASA FAMILIAR

PORQUE CASA FAMILIAR ?

- Falta formação técnica, gerencial e geral para os agricultores/ pescadores;
- Em razão do empobrecimento gradativo dos pequenos agricultores pelo desconhecimento e uso incorreto dos fatores de produção;
- Contribui para a redução do êxodo rural;
- Projeto de baixo custo se comparado com o ensino agrícola tradicional;
- Não afasta o jovem da sua realidade, família e comunidade;
- Atinge a família e comunidade;
- A formação acontece a partir da realidade e necessidade dos agricultores / pescadores.

A QUEM SE DESTINA A CASA FAMILIAR ?

- Para jovens (moças e rapazes) do meio rural / pesqueiro;
- Queiram permanecer na atividade;
- Queiram receber uma formação profissional e cidadã;
- Tenham 14 anos acima.

FUNCIONAMENTO DA CASA FAMILIAR

Funciona através da pedagogia da alternância, isto é:

* Os jovens permanecem uma semana na Casa Familiar e duas semanas em suas propriedades, durante 03 anos consecutivos.

* Esta pedagogia representa 13 a 15 semanas por ano que os jovens ficam afastados da sua propriedade.

* O objetivo da pedagogia é juntar a teoria com a prática, não afastar os jovens da realidade e formar duas gerações (pais e filhos).

A SEMANA DOS JOVENS NA CASA FAMILIAR

- Aulas de acordo com o plano de formação previsto e a época.
- Visitas, excursões a propriedades, centros de pesquisas, empresas, etc...
- Atividades diversas como: palestras, trabalhos manuais, atividades artística cultural, conhecimentos gerais;
- Contato individual com os monitores;
- Preparação de atividades para aplicar na propriedade, família, comunidade;
- Avaliações normais.



Associação Regional das Casas Familiares Rurais ARCAFAR

AS DUAS SEMANAS DOS JOVENS NA PROPRIEDADE

- *Ajudam a família nas tarefas normais. A família não perde a mão-de-obra;*
- *aplicação prática do aprendizado;*
- *No início recebem a visita do monitor para: ouvir sugestões, auxiliar os jovens em suas dificuldades, envolvendo a família e aproximar a família da Casa Familiar.*

Nº DE JOVENS QUE PARTICIPAM DA CASA FAMILIAR

1º ano - 25 jovens (uma turma)

2º ano - 50 jovens (duas turmas)

3º ano - 75 jovens (três turmas)

A partir do final do 3º ano formam-se 25 jovens e ingressa uma nova turma de 25 jovens.

QUEM TRABALHA NA CASA FAMILIAR ?

São monitores - profissionais da área de ciências agrárias preparados técnica, pedagógica e metodologicamente.

- 1º ano - 01 turma - 02 monitores

- 2º ano - 02 turmas - 03 monitores

- 3º ano - 03 turmas - 04 monitores

- Uma cozinheira a partir do 1º ano para preparar os alimentos e orientar o grupo quanto as tarefas caseiras.

QUEM ADMINISTRA A CASA FAMILIAR ?

Como o projeto é de interesse das comunidades e dos agricultores / pescadores necessariamente a Casa Familiar deve ser administrada por uma associação formada pelos pais dos jovens que freqüentam a Casa Familiar.

As instituições públicas e privadas auxiliam na administração e assumem o papel de apoiadoras ao projeto.

No dia a dia da Casa Familiar a administração fica por conta de um monitor - diretor. As grandes linhas / deliberações são tomadas pela associação.

QUAIS SÃO OS PARCEIROS ?

O projeto é desenvolvido em parceria onde:

- Agricultores - participam com a alimentação;

- Prefeituras e outras instituições - contratação e pagamento dos monitores, infraestrutura, local, móveis e equipamentos;

- Estado (Agricultura, Epagri, Secretaria Estadual de Educação) capacitação monitores, fornecimento material técnico, pedagógico, veículo;

- Outras instituições convênios diversos.



Associação Regional das Casas Familiares Rurais ARCAFAR

O CURRÍCULO DA CASA FAMILIAR ?

É montado a partir das necessidades dos agricultores / pescadores que fazem parte da Casa Familiar.

Cada Casa Familiar tem o seu currículo. Na montagem são envolvidos as várias instituições de todas as áreas que atuam no município / região.

O currículo contempla a interdisciplinariedade, isto é, os conteúdos são ministrados vinculadamente (matérias básicas aos conteúdos técnicos). Desta forma haverá a compreensão da realidade e interesse pelo programa, pois todo o ensinamento parte de uma realidade vivenciada e conhecida.

A partir desta realidade se inicia a construção dos conhecimentos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

- Não há necessidade de construir. Aproveita-se instalações já existentes;*
- Não há necessidade de investir em lavouras, criações, etc... A prática é feita nas propriedades e nas condições dos agricultores / pescadores;*
- Preferencialmente deve estar instalado no meio rural/pesqueiro;*
- O projeto só deve ser instalado a partir do momento que haja interesse pelo público, haja clientela e as instituições sejam envolvidas e estejam dispostas a apoiar.*
- Abrangência poderá ser municipal ou intermunicipal, dependendo da distância e clientela.*

RESULTADOS

- Mudanças:*
 - . pessoa*
 - . família*
 - . comunidade*
 - . convívio social*

Sabe o que quer

OBJETIVOS DA CASA FAMILIAR

- Oferecer formação integral para os jovens de ambos os sexos, para que possam atuar como profissionais e exercer a cidadania em sua plenitude.*
- Melhorar a qualidade de vida dos produtores, através da aplicação de conhecimentos técnicos e científicos organizados a partir da realidade das famílias.*



Associação Regional das Casas Familiares Rurais ARCAFAR

- Desenvolver no jovem o sentido de comunidade, vivência grupal e espírito associativo.
- Criar nos jovens possibilidades de trabalho em seu meio, visando sua valorização para a permanência no meio rural em condições de vida digna.
- Desenvolver nos jovens e famílias a consciência de que é possível viabilizar uma agricultura sustentável - sem agressão ao meio ambiente.
- Desenvolver práticas capazes de organizar ações nas áreas de saúde, nutrição e lazer nas comunidades.
- Estimular as pessoas a descobrirem suas potencialidades e as existentes nas comunidades.

A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA CASA FAMILIAR

- 1) Permite uma formação integral e permanente e consiste em "aprender a Aprender". É o "Saber Fazer".
- 2) Consiste no desenvolvimento pessoal e social da imaginação, criatividade e da cooperação dentro da sua realidade.
- 3) Para todas as pessoas, a realidade é o que vivem a cada dia, seu trabalho, suas atividades, suas diversões, etc... a realidade da vida provoca interesse..... interesse provoca crescimento.
- 4) Permite que os jovens recebam uma educação adaptada ao seu meio.
- 5) Fomenta a iniciativa, o sentido de responsabilidade e a cooperação.
- 6) Transforma a propriedade dos seus pais e vizinhos num valioso campo de aprendizagem e experiência .
- 7) Permite a aplicação imediata de tudo o que o jovem for aprendendo e paralelamente acontece a capacitação e crescimento de sua família.
- 8) Permite ao jovem prosseguir ajudando seus pais nas tarefas da propriedade.
- 9) Forma duas gerações simultaneamente (jovens e pais).
- 10) A alternância desperta interesse da família na ida e vinda do jovem, alcançando resultados rápidos.
- 11) Ensina o jovem a viver em grupo na família e fora dela.
- 12) A alternância é um processo pedagógico que exige muita responsabilidade de todos (agricultores, jovens, autoridades, entidades).



AS AVALIAÇÕES NA CASA FAMILIAR

As avaliações tem um papel importante no plano de formação das Casas Familiares.

As avaliações são realizadas em vários momentos durante a permanência dos jovens na Casa Familiar. Estes momentos são constituídos basicamente do seguinte:

- Encontro dos pais com os jovens;
- Encontro dos jovens com profissionais da comunidade (agricultura, saúde, educação, etc..)
- Encontro dos monitores com os jovens(em grupo ou individualmente).

Estes encontros tem por objetivo discutir, conversar e avaliar o crescimento a partir das ações dos jovens que são desenvolvidas na Casa Familiar e em sua propriedade.

Estas avaliações não tem o caráter de exames ou prova de conhecimentos, porém de crescimento e formação pessoal dos jovens.

É preciso ter claro a diferença entre controle e avaliação.

Controle é na ótica certificativa, não se tem a possibilidade de agir sobre o processo. Não é dado explicações sobre os motivos do êxito ou do insucesso.

O resultado final é medido através de uma nota.

Avaliação é na ótica formativa. A avaliação é o método adotado nas Casas Familiares. *Permite:*

- Dar um sentido a uma ação e elucidar problemas;
- Os avaliadores (pais, monitores, profissionais) são envolvidos efetivamente;
- Permite fazer medições e tomar as decisões necessárias.
- Respeita os valores individuais.

A avaliação é uma conversa sem a preocupação de atribuir uma nota.

I - Objetivo das Avaliações:

- Demonstrar a formação recebida durante o desenvolvimento das alternâncias.
- Verificar se os jovens sabem utilizar o conhecimento durante as alternâncias em sua propriedade visando resolver os problemas da sua vida profissional e social.



Associação Regional das Casas Familiares Rurais

ARCAFAR

II - Estrutura das avaliações

As avaliações devem adaptar-se ao grupo de jovens:

- Considerando a psicologia dos jovens;
- As ligações com as diferentes fases do plano de formação;
- O progresso e o aperfeiçoamento alcançado durante o curso.

As avaliações devem ser diferentes seguindo a idade e o avanço dos jovens na Casa Familiar.

Primeiro ano do jovem na Casa:

Objetivos

- ⇒ Dar aos jovens possibilidades de conversar com os adultos sobre a sua atividade profissional.
- ⇒ Valorizar seu plano de estudo.
- ⇒ Monitores / Associação conscientizar os pais de seu papel de agricultor responsável pela aprendizagem dos filhos.

Meios

- ⇒ Resolvendo um problema prático relacionado com a experiência de trabalho da família e com o conhecimento que já adquiriu através dos temas de estudo.
- ⇒ Elaborando os temas do plano de estudo.
- ⇒ Avaliação de um trabalho sobre uma atividade agrícola nos aspectos práticos e teóricos.

Nesta fase os avaliadores são os próprios agricultores membros da associação. Os agricultores precisam estar esclarecidos do seu papel. Não é recomendável que os pais avaliem seus próprios filhos neste momento

Segundo ano do jovem na Casa:

Objetivos

- ⇒ Ver se os jovens tem condições / possibilidades de assumir responsabilidades na sua propriedade / comunidade.
- ⇒ Verificar se o jovem tem a capacidade de realizar atividades no seu trabalho de campo.
- ⇒ Verificar a aquisição de conhecimentos básicos de métodos que desenvolvam o espírito de curiosidade e de questionamento.
- ⇒ Verificar se o jovem tem capacidade de resolver problemas concretos.

Meios

- ⇒ Apresentação oral ou por escrito de uma atividade que o jovem terá durante o alternância..
- ⇒ Avaliação de um trabalho prático..
- ⇒ Realização de visitas em pequenos grupos.
- ⇒ Avaliação do comportamento do jovem no grupo, qualidade das perguntas, durante as visitas, interesse.
- ⇒ Exemplo: problema técnico

Nesta fase as avaliações são feitas pelos pais antigos e novos. Alunos antigos e-profissionais (agricultura, educação, saúde).



Associação Regional das Casas Familiares Rurais **ARCAFAR**

Terceiro ano do jovem na Casa:

Objetivos

- ⇒ Verificar o conhecimento que o jovem tem da sua exploração agrícola e a sua capacidade de comprometer-se
- ⇒ Verificar se o jovem tem a capacidade de descobrir uma atividade e desenvolvê-la na sua totalidade. Assumir um projeto de vida.
- ⇒ Verificar se o jovem pode utilizar seus conhecimentos nos problemas concretos da vida.
- ⇒ Avaliar os métodos de trabalho e sua capacidade de fazer síntese.
- ⇒ Observar suas capacidades de utilização do português, matemática...

Meios

- ⇒ Apresentação de um melhoramento realizado na sua propriedade e que seja objeto de um relatório.
- ⇒ Apresentação de relatório de estágio.
- ⇒ Demonstração da técnica por escrito e que contenha conhecimentos científicos.
- ⇒ Trabalhar sobre documentos.
- ⇒ Resumo de um texto.
- ⇒ Prova a partir do conhecimento de contabilidade.

Nesta fase os avaliadores são os pais, os profissionais e os monitores.

Engº Agrº José Milani Filho
Presidente da ARCAFAR

JMF/VJW